

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA LOPES SANTOS

**O DIREITO AO TRABALHO DIGNO DO IMIGRANTE: UMA ANÁLISE DA
CONDIÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE À LUZ DO PRINCÍPIO
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

CURITIBA

2017

LETÍCIA LOPES SANTOS

**O DIREITO AO TRABALHO DIGNO DO IMIGRANTE: UMA ANÁLISE DA
CONDIÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE À LUZ DO PRINCÍPIO
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná para obtenção de grau de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka

CURITIBA


2017

TERMO DE APROVAÇÃO

LETÍCIA LOPES SANTOS

O DIREITO AO TRABALHO DIGNO DO IMIGRANTE: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



PAULO RICARDO OPUSZKA
Orientador

Coorientador



MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR
Primeiro Membro



SIDNEI MACHADO - Núcleo de Prática Jurídica
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Janete e Augusto, que, desde sempre, me incentivaram a estudar e acreditaram na minha capacidade. Graças a vocês, desde cedo aprendi a valorizar os estudos e a lutar pelos meus objetivos.

Ao meu irmão Lucas, meu primeiro e eterno amigo. Ter um irmão é, sem dúvida alguma, uma das melhores coisas da vida.

Ao meu querido Pedro, pelo companheirismo de todos os dias. Muitos foram os momentos de cansaço, tristeza e ansiedade durante esses 5 anos conciliando estudos, trabalho e outras atividades em que você esteve ao meu lado, me dando forças. Seu apoio e paciência foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada por tudo.

Ao Chima, pelo seu amor incondicional e por me receber com alegria todas as noites, após dias longos e cansativos.

À Universidade Federal do Paraná, aos meus professores, em especial ao Professor Paulo Ricardo Opuszka, aos meus amigos e a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada.

*“Perhaps we are all immigrants
trading one home for another
first we leave the womb for air
then the suburbs for the filthy city
in search for a better life
some of us just happen to leave entire countries.”*

Rupi Kaur

RESUMO

O presente trabalho, a partir de um exame das consequências da globalização nos fluxos migratórios e no Direito do Trabalho, pretende analisar a condição jurídica do trabalhador imigrante e demonstrar a existência de um direito fundamental ao trabalho digno do imigrante, alicerçado no princípio da dignidade da pessoa humana. Para tanto, inicialmente verificar-se-á de que forma o processo globalizatório, recrudescido nas últimas décadas, incentiva a migração de pessoas, atinge as relações de trabalho e afeta o campo justralhista, no Brasil e no mundo. Para identificar em que medida os direitos trabalhistas dos imigrantes são garantidos, será examinado o panorama geral de proteção jurídica dos trabalhadores imigrantes, no que tange às normas existentes em âmbito internacional e nacional. Após, a partir do estabelecimento da dignidade da pessoa humana como qualidade intrínseca do ser humano, busca-se demonstrar que o imigrante, assim como o nacional, deve ter seu direito ao trabalho digno assegurado e viabilizado.

Palavras-chave: Globalização. Imigração. Dignidade da pessoa humana. Trabalho digno.

ABSTRACT

The present study, based on an examination of the consequences of globalization on migratory flows and on Labor Law, intends to analyze the legal status of immigrant workers and to demonstrate the existence of a fundamental right to decent work for immigrants, according the principle of the dignity of the human person. Therefore, first it will be verified how the globalization process, intensified in the last decades, encourages the migration of people, affects labor relations and the labor law, in Brazil and around the world. In order to identify to what extent the immigrants' labor rights are respected, the general overview of legal protection of immigrant workers will be examined, with regard to international and national standards. After establishing the dignity of the human person as the intrinsic quality of the human being, it seeks to demonstrate that the immigrant, as well as the national, must have his right to decent work ensured and made possible.

Keywords: Globalization. Immigration. Human dignity. Decent work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. GLOBALIZAÇÃO, DIREITO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO	9
2.1 OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO	9
2.2 A GLOBALIZAÇÃO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE TRABALHADORES....	17
2.3 A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL E OS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	21
3. A IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES E O DIREITO	27
3.1 O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL AO TRABALHO	27
3.2 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR IMIGRANTE	31
3.3 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS BRASILEIROS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR IMIGRANTE	38
4. O IMIGRANTE E O DIREITO AO TRABALHO DIGNO	46
4.1 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	46
4.2 O DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO DIGNO	49
4.3 O DIREITO AO TRABALHO DIGNO DO IMIGRANTE	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os fluxos migratórios se intensificaram sobremaneira. Estas migrações, que podem ocorrer por motivos variados, como crises políticas, guerras e catástrofes naturais, ou até mesmo por um desejo espontâneo de buscar melhores oportunidades em um local diferente, sofrem a influência direta do processo de globalização, principalmente em seu viés econômico.

A globalização tem diluído fronteiras, miscigenado pessoas e deslocado trabalhadores ao redor do mundo. Tudo isso gera consequências na sociedade e no Direito, que é pressionado a dar respostas a este novo contexto.

Ao buscar um novo local para viver, o imigrante precisa encontrar meios de subsistência para si e para sua família, o que será viabilizado através do trabalho. Assim, a relação entre migração e trabalho pode se dar desde o início, quando o migrante desde o princípio move-se procurando um (novo) emprego, ou em um segundo momento, quando o sujeito deixa seu país por outro motivo (perseguição política, desastre natural, etc.), mas, ao chegar ao seu país de destino, necessita encontrar um posto de trabalho para se estabelecer.

O trabalho, além de propiciar ao indivíduo seu meio de subsistência, é fator essencial para integração social, necessidade premente do imigrante, que muitas vezes se encontra em uma posição de exclusão e marginalidade na nova comunidade em que tenta se inserir.

Ademais, desde que realizado em condições mínimas de igualdade, liberdade, remuneração e segurança, o labor permite a realização do plano social do princípio da dignidade da pessoa humana, princípio basilar dos direitos fundamentais e humanos. Visto que a dignidade é qualidade intrínseca ao ser humano, demonstrar-se-á que o trabalho decente é direito fundamental de todos os trabalhadores, sem distinções entre nacionais e estrangeiros ou de qualquer outra natureza.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo identificar, através da análise das normas nacionais e internacionais sobre o tema, a condição jurídica do trabalhador imigrante, defendendo o seu direito ao trabalho digno.

O primeiro capítulo tratará dos efeitos da globalização no campo trabalhista, no Brasil e no mundo, bem como sua influência para o recrudescimento dos fluxos migratórios contemporâneos, mormente de trabalhadores.

No segundo capítulo, após breve explanação sobre o direito fundamental social ao trabalho, analisar-se-ão as principais normas existentes, em âmbito internacional e nacional, relativas à proteção do trabalhador imigrante.

Finalmente, no terceiro capítulo, através da análise dos conceitos de dignidade da pessoa humana e do direito ao trabalho digno, tentar-se-á demonstrar que, assim como os trabalhadores nacionais, os imigrantes também devem ter o direito ao trabalho digno assegurado e viabilizado.

A relevância do tema é comprovada através dos números oportunamente apresentados neste trabalho, que demonstram que cada vez mais trabalhadores se deslocam ao redor do mundo, ensejando respostas do Direito.

A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, através de consulta a livros, artigos e estudos científicos sobre o tema, bem como a análise das normas jurídicas existentes no Direito Internacional e no ordenamento jurídico brasileiro.

2. GLOBALIZAÇÃO, DIREITO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO

2.1 OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

É certo que a globalização não é fenômeno recente. Alguns autores remontam sua gênese aos tempos das grandes navegações do século XV, quando monarquias europeias e companhias privadas de comércio buscavam expandir seus mercados e fontes de matéria-prima.¹ Outros identificam seu início no período entre o final do século XIX até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, momento em que houve um grande aumento das transações comerciais entre os Estados.²

Contudo, a globalização é recorrentemente associada à expansão do capitalismo em nível global, quando este se torna um modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial.³ Nesse sentido, o processo de globalização só teria se iniciado após a queda do muro de Berlim e da desintegração do bloco político soviético, quando as fronteiras dos velhos países integrantes deste bloco, dos países que se tornaram independentes e dos países asiáticos que abandonaram o modelo comunista se abriram à economia de mercado.⁴

A expansão do modo de produção capitalista pelo mundo, entendido dessa forma como o corolário da globalização, ocorreu de modo progressivo. Octavio Ianni destaca três momentos relevantes desse processo. Em um primeiro momento, o modo de produção capitalista organizou-se em moldes nacionais, revolucionando as formas de vida e de trabalho locais através da dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção e da mercantilização das forças produtivas e das relações de produção.⁵

Já em um segundo momento, o capitalismo ultrapassou as bases nacionais. A expansão do comércio e do mercado, a procura por matéria-prima, o desenvolvimento das forças produtivas e a busca por novas possibilidades de lucro

¹ MEIRELES, Gustavo Fernandes. **Trabalho, comércio e dignidade no direito internacional contemporâneo: desafios e perspectivas para a atuação da OIT e da OMC**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 123.

² CRIVELLI, Ericson. **Direito internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2010. p. 100.

³ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11.

⁴ CRIVELLI, Ericson. *Op. cit.*, p. 101.

⁵ IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 37.

propulsionam colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, economia-mundo, sempre centralizados em capitais das nações dominantes.⁶

Finalmente, em um terceiro momento, o modo de produção capitalista atinge amplitude global. E assim, “a reprodução ampliada do capital, na medida em que se intensifica e generaliza, põe em causa fronteiras, códigos, constituições, moedas, estilos de gestão econômica privada e pública, práticas de planejamento governamental e empresarial, projetos de desenvolvimento”.⁷

A relação entre o modo de produção capitalista e a globalização é tal que Ianni defende que a história de um pode ser lida como a história da outra, onde se observa:

um vasto processo histórico simultaneamente social, econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos e multidões, povos e governos, sociedades e culturas, línguas e religiões, nações e continentes, mares e oceanos, formas dos espaços e possibilidades dos tempos.⁸

Ressalta Gabriela Neves Delgado que conforme suas necessidades cíclicas, o sistema capitalista impõe, ao longo de sua evolução, diferenciados modelos produtivos, sob a conjuntura de determinado paradigma de Estado.⁹

O neoliberalismo, surgido no início da década de 80, é apontado como um dos precursores da globalização em sua face contemporânea, pois ao defender uma atuação mínima do Estado, onde este apenas interferiria em funções essenciais para regular a sociedade, buscava implementar a plena liberdade de comércio, tanto a nível nacional quanto internacional.¹⁰

Assim como o início da globalização não é facilmente identificado ou compartilhado por todos, tampouco seu conceito é unívoco. Até mesmo porque, conforme afirma Ericson Crivelli, devido a sua realidade multifacetada, diversas variáveis devem ser consideradas para análise e compreensão do processo globalizatório. De toda forma, o autor o define como um “acelerado processo de internacionalização econômica, financeira, e do desenvolvimento das tecnologias da informação e dos meios de comunicação e, ainda, dos meios de transporte”.¹¹

⁶ IANNI, Octavio. **A sociedade global**. p. 37.

⁷ *Ibidem*. p. 38-40.

⁸ *Ibidem*. p. 64.

⁹ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 160.

¹⁰ GOMES, Eduardo Biacchi. **A globalização econômica e a integração no continente americano: desafios para o Estado brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2004. p. 20.

¹¹ CRIVELLI, Ericson. *Op. cit.*, p. 99-100.

Para Ulrich Beck, globalização significam “os processos em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais” de forma irreversível.¹²

Já José Eduardo Faria, em sua definição, enfoca o aspecto econômico da globalização, que consistiria em uma

[...] integração sistêmica da economia em nível supranacional, deflagrada pela crescente diferenciação estrutural e funcional dos sistemas produtivos e pela subsequente ampliação das redes empresariais, comerciais e financeiras em escala mundial, atuando cada vez mais independente dos controles políticos e jurídicos em nível nacional.¹³

Ressalta-se que, ainda que consideremos a globalização um processo iniciado já há algum tempo, suas características têm se intensificado nas últimas décadas. Hodiernamente, percebe-se uma aceleração dos processos sociais e uma intensa difusão de informações, que permite até mesmo que se fale de uma “convivência social global”, visto que a intermediação entre culturas chega a misturar costumes, reduzir barreiras e até mesmo alterar tempo e espaço.¹⁴

Estaríamos vivendo em uma sociedade global, e não mais restritos a uma comunidade local, já que a distância e o isolamento entre as nações têm se tornado cada vez mais tênues. Em todos os espaços, públicos ou privados, os sujeitos são atingidos pelas relações, processos e estruturas que integram esta sociedade global.¹⁵ Vale salientar, todavia, que essa sociedade mundial não é uma megassociedade nacional que reúne e dissolve todas as sociedades nacionais, mas, pelo contrário, se caracteriza pela multiplicidade e pela *não-integração*.¹⁶

Todo este processo faz com que capital, tecnologias, mercadorias, pessoas e ideias ultrapassem fronteiras e se transnacionalizem, e “o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global”.¹⁷

¹² BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 30.

¹³ FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 52.

¹⁴ MEIRELES, Gustavo Fernandes. *Op. cit.*, p. 122.

¹⁵ IANNI, Octavio. **A sociedade global**. p. 64.

¹⁶ BECK, Ulrich. *Op. cit.*, p. 32.

¹⁷ IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.12, n.2, abr./jun. 1998. p. 28.

As empresas transnacionais, grandes corporações que têm seus setores produtivos difundidos em diversos países e cujo centro de decisão já não é local¹⁸, podem ser percebidas como exemplos máximos da globalização em sua face econômica, visto que as “empresas podem produzir em um país, pagar impostos em outro e exigir investimentos públicos sob a forma de aprimoramento da infraestrutura em um terceiro”.¹⁹

É justamente o aspecto econômico da globalização²⁰ que gera mais impactos no campo trabalhista, dada a ligação direta entre Economia e Trabalho. E estes impactos não são, em sua maioria, benéficos.²¹ Ulrich Beck chega até mesmo a afirmar que “quem incentiva o crescimento da economia, *produz* desemprego no final”²². De fato, nota-se que quando os países passam a adotar modelos de economia de livre mercado desencadeia-se um aumento na negligência do poder público quanto à vigência e garantia dos direitos econômicos e sociais.²³ A pressão da ideologia neoliberal globalizante dos últimos tempos tem levado alguns países a reduzir ou suprimir direitos trabalhistas fundamentais, universalmente reconhecidos, flexibilizando condições de trabalho em nome da concorrência internacional.²⁴

Na verdade, os efeitos maléficos da globalização no trabalho e no seu campo de proteção seriam apenas “agravantes”, pois o direito do trabalho pode ser percebido, em si mesmo, como paradoxal. Isso porque ao mesmo tempo em que se pretende protecionista, ao estabelecer os limites de atuação, garantir conquistas e estabelecer freios à ânsia do lucro, por outro lado desempenha um papel regulador, com suas regras inserindo, perpetuando e reproduzindo o modo de produção

¹⁸ GOMES, Eduardo Biacchi. *Op. cit.*, p.22.

¹⁹ BECK, Ulrich. *Op. cit.*, p. 18.

²⁰ Ulrich Beck estabelece uma distinção entre globalismo e globalização, sendo o primeiro a face econômica da segunda, e definido como “a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo”. *Ibidem*, p. 27.

²¹ Segundo Gonçalves, somente as pessoas ligadas à proposta neoliberal têm opiniões cem por cento favoráveis à globalização. Como exemplo, o autor cita o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que chegou a afirmar que “a globalização está multiplicando a riqueza e desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. Tornou universais valores como a democracia e a liberdade”. GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. **Flexibilização Trabalhista**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 103.

²² BECK, Ulrich. *Op. cit.*, p. 15.

²³ GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. *Op. cit.*, p. 101.

²⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 362.

capitalista. “Nunca, porém, foi e será alheio à ordem econômica”, afirma Aldacy Rachid Coutinho.²⁵

A globalização, principalmente em seu aspecto econômico, gera profundos efeitos no campo do trabalho e na sua proteção, pois a mundialização da economia possibilita às empresas, por meio das políticas de mercado, aumentar a produção, a qualidade de seus produtos e os lucros, além de reduzir custos. Porém, tudo isso acontece através de práticas desleais de comércio, da redução dos postos de trabalho, do pagamento de baixos salários, da utilização de mão de obra infantil e de péssimas condições de trabalho.²⁶

Segundo Amauri Mascaro Nascimento, no que se refere ao emprego, vários são os reflexos da globalização: sua redução geral; sua ampliação setorial, com a transferência dos setores industriais de países desenvolvidos para os emergentes; a descentralização das atividades da empresa para empreendedores periféricos, através das subcontratações; a informalização do trabalho da pessoa física, com o aumento do trabalho autônomo e o uso de formas parassubordinadas de contratação do trabalho; além da requalificação profissional do trabalhador, com a valorização do ensino geral e profissional.²⁷

Referidos efeitos, contudo, não atingem os países desenvolvidos na mesma proporção com que atingem os países pobres. Isso porque a economia mundial é um “campo de jogo” desigual, cujas características distintivas são a concentração de capital e de geração de tecnologia nas mãos dos países desenvolvidos, que dominam o comércio de bens e serviços. Essa discrepância é a base das profundas desigualdades internacionais no que se refere à distribuição de renda²⁸, gerando consequências no mundo do trabalho.

A diluição das fronteiras nacionais permite que as empresas transnacionais desloquem a produção e os postos de trabalho de um país para o outro, em busca de uma relação de custo x benefício mais atraente. Esse deslocamento quase sempre

²⁵ COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e Direito do Trabalho. In: **Direito e Democracia**. Canoas, vol. 1, n.1. p. 163-176. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/2243-6854-1-pb.pdf>>. Acesso em: 06/10/17. p. 168.

²⁶ SHNEIDER, Patrícia Buendgens. Os direitos humanos e a sua proteção frente à globalização econômica. In: PIOVESAN, Flávia (coord.). **Direitos Humanos**. 1. ed. v. 1. Curitiba: Juruá, 2011. p. 283.

²⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 76-77.

²⁸ OCAMPO, José Antônio (organizador). **Globalización y desarrollo**. Bogotá: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2002/S2002024.pdf>>. Acesso em 19/09/17. p. 77.

ocorre no sentido dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é mais barata. Isso porque, segundo Iennaco:

A disseminação dos processos produtivos transnacionais obriga os mercados locais ao esforço pela redução de custos de produção, na tentativa de permanecerem competitivos, e governos à oferta de condições fiscais e sociais favoráveis à instalação de unidades produtivas, no intuito de manter, ou criar, postos de trabalho. Sem acesso à otimização da produção proporcionada pelas últimas conquistas tecnológicas obtidas pelos países desenvolvidos [...] **às nações em desenvolvimento resta buscar a redução do custo da inalterada mão-de-obra.** Com a carga tributária já comprometida, o alvo passa a ser a **redução de direitos sociais**²⁹. [grifo nosso]

Mais uma vez, nota-se uma discrepância: enquanto os países centrais aplicam políticas protecionistas com relação ao mercado interno, os países periféricos são obrigados a abrir suas economias. Em busca do lucro, indústrias dos países desenvolvidos migram para os países pobres, onde encontram condições trabalhistas muito piores do que suas nações de origem, com flagrante exploração do trabalhador.³⁰

Marcio Pochmann chama atenção para o fato de que as empresas transnacionais concentram seus investimentos em pesquisa e tecnologia nos seus países de origem, onde remanescem os postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, geralmente responsáveis pelas funções de comando e planejamento. Por outro lado, a possibilidade de organização da produção em escala mundial leva ao deslocamento de parcela do processo produtivo dos países ricos para os pobres, onde os postos de trabalho são vinculados às atividades de execução e produção, com ocupações mais simples e rotineiras. Dessa forma,

as economias não desenvolvidas transformam-se em uma grande feira mundial de concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis. [...] Quanto mais dóceis os governos, e submissos à lógica de exploração intensiva de trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais.³¹

²⁹ IENNACO, Luiz Antônio de Paula. **Efeitos da globalização na (des)regulamentação das relações de trabalho**. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.41, n.71, p.111-119, jan./jun.2005. p. 115-116.

³⁰ GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. *Op. cit.*, p. 107.

³¹ POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. p. 8.

Neste diapasão, não há preocupação com a proteção do trabalhador, mas somente com a busca do lucro. Leciona Oliveira que:

Na lógica globalizante o capital procura os locais dos menores custos de produção e desloca o produto até o consumidor em qualquer parte do mundo. O produto importado chega com preço competitivo, muitas vezes abaixo do custo de produção interna, comprometendo ou até mesmo inviabilizando o empreendimento nacional. Os países com mais regulamentação e encargos sociais perdem investimentos para aqueles que conferem menores direitos aos trabalhadores. Segundo afirma Ricardo Antunes, professor de Sociologia da Unicamp, 'A globalização do capital integra para fora e desintegra para dentro'. Não é objetivo do empresário a criação de empregos, seu propósito naturalmente é o lucro.³²

Faria destaca o potencial conflitivo e segmentador da globalização econômica, pois quanto mais rápido se expande, mais intensa é a exclusão social causada, com impactos diferentes em termos locais, regionais, nacionais e continentais. Defende o autor que:

quanto maior é a eficiência trazida pelo paradigma da “especialização flexível da produção” ou “pós-fordista” e pela geração, controle e manipulação da tecnologia e da informação, maiores tendem a ser o desemprego aberto, a desocupação estrutural, a degradação dos salários diretos, a extinção dos salários indiretos, o progressivo dismantelamento dos mecanismos de seguridade social, **a “precarização” das condições do trabalho e a utilização massiva de mão-de-obra desprovida de direitos elementares ou mínimos (principalmente a localizada em países de baixa renda)**. É justamente isso que vai provocar um significativo aumento da feminização da mão-de-obra, da infantilização do trabalho doméstico, do trabalho terceirizado ou empreitado, do **trabalho semiescravo crescente executado por imigrantes** clandestinos nas tenebrosas *sweatshops* e das demais práticas de acumulação sustentadas muito mais na exploração do que na otimização dos recursos humanos.³³ [grifo nosso]

Além destes efeitos, Faria identifica que a globalização econômica cria rupturas institucionais nas estruturas jurídicas e políticas estatais. Tais rupturas, como a desconcentração do aparelho estatal e a expansão de um direito de natureza mercatória paralelo ao dos Estados, levam a um esvaziamento da soberania e da autonomia dos Estados nacionais pois, ao promulgar suas leis, estes são obrigados a levar em conta o contexto econômico-financeiro internacional. Neste contexto, os

³² OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *apud*. GONÇALVES, Antônio Fabrício De Matos. *Op. cit.*, p. 99.

³³ FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada...** p. 246

Estados se tornam incapazes de assegurar uma efetiva regulação social³⁴, mormente no campo justralhista.

Para Pochmann, essas transformações levam a mudanças nas políticas sociais e trabalhistas, ocasionando um rebaixamento ainda maior das condições e remunerações do trabalho. A descentralização e a focalização do gasto social são algumas das medidas adotadas, assim como a desregulação do mercado de trabalho, que acaba por mediar a flexibilização dos contratos, a redução do poder sindical, a retirada de direitos, cortes de salários e a substituição de custos empresariais por benefícios públicos na qualificação de mão de obra. A consequência de tudo isso é a criação de um excedente de mão de obra em nível mundial.³⁵

A flexibilização trabalhista, fenômeno bastante controverso do Direito do Trabalho, pode ser apontada como uma das maiores consequências deste processo. O que para alguns é considerado um retrocesso em relação aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de séculos de luta, para outros é percebido como algo fundamental para o equilíbrio entre o direito positivo trabalhista e a nova realidade econômica que se impõe.

Alice Monteiro de Barros identifica que “a flexibilização no campo do trabalho, historicamente, tem sido uma reivindicação empresarial identificável como uma explícita solicitação de menores custos sociais e maior governabilidade do fator trabalho”.³⁶

Vale ressaltar que a ordem jurídica brasileira vem a cada dia mais se valendo da flexibilização da trabalhista. A própria Constituição Brasileira traz algumas hipóteses de flexibilização, como a possibilidade de redução salarial por convenção ou acordo coletivo de trabalho e a de majoração da jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, mediante negociação coletiva.³⁷

Diante deste quadro, os direitos humanos, em geral, e o direito do trabalho, em específico, podem restar enfraquecidos, e suscitam-se diversas questões: “Quais serão os direitos humanos que devem valer para todos apesar da diversidade cultural?

³⁴ FARIA, José Eduardo. **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 10-11.

³⁵ POCHMANN, Márcio. *Op. cit.*, p. 9.

³⁶ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. rev. e. ampl. São Paulo: LTr, 2010. p. 86.

³⁷ Art. 7º da Constituição Federal de 1988 - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Quem irá garantir os direitos humanos em um mundo pós-Estado nacional? Como salvar e reformar garantias sociais (...) diante do agravamento da pobreza mundial e do desemprego?”³⁸, além de muitas outras.

Flavia Piovesan aponta que um dos desafios centrais aos direitos humanos na ordem internacional contemporânea é a conjugação da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais com os desafios trazidos pela globalização econômica, que tem agravado ainda mais as desigualdades sociais e aprofundado as marcas da pobreza absoluta e da exclusão social.³⁹

O Direito do Trabalho, nesse sentido, é de suma relevância. Defende Delgado que no âmbito de um sistema capitalista, fundado na criação, circulação e apropriação desigual de bens e riquezas, e com um meio social baseado na diferenciação econômica entre seus componentes, que convive com a liberdade formal dos indivíduos e com o reconhecimento jurídico-cultural de um padrão mínimo para sobrevivência, não é possível prescindir de um ramo jurídico de proteção aos direitos sociais, como o é o *justrabalista*.⁴⁰

Como ressalta Coutinho, a luta pelo direito do trabalho no contexto da globalização é a busca pelo reconhecimento e efetivação de políticas sociais e pela exigibilidade dos direitos sociais fundamentais.⁴¹

2.2 A GLOBALIZAÇÃO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE TRABALHADORES

O horizonte do imigrante tem se ampliado a cada dia mais. O intenso fluxo de informações e a diminuição de barreiras culturais fazem com que o imigrante não se restrinja à cidade/estado/país mais próximo quando opta por imigrar, pois ao ter acesso aos acontecimentos do outro lado do planeta, toma consciência das desigualdades do mundo em termos de desenvolvimento e percebe as oportunidades existentes em um país diferente do seu.

Hoje, estima-se que 244 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem.⁴² Vários são os motivos das migrações internacionais. Muitos são refugiados

³⁸ BECK, Ulrich. *Op. cit.*, p. 38.

³⁹ PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos**. 1. ed. v. 1. Curitiba: Juruá, 2011. p. 27.

⁴⁰ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. 2011. p. 99-100.

⁴¹ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Op. cit.*, p. 167.

⁴² PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2016: desenvolvimento humano para todos**. Nova York, 2016. p. 5. Disponível em:

econômicos que buscam melhorar suas vidas e enviar dinheiro para casa. Já perseguições, conflitos, violência e violações de direitos humanos forçaram 65,6 milhões de pessoas a se deslocarem em 2016, sendo 22,5 milhões de refugiados, 40,3 milhões de pessoas deslocando-se dentro de seus próprios países e 2,8 milhões de requerentes de asilo, conforme revelou o Relatório “*Global Trends – Forced Displacement in 2016*” do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.⁴³

Para Faria, as imigrações transnacionais massivas ocasionadas pela miséria total, pela falta de emprego, pela remuneração reduzida, pelo trabalho degradado, pela estagnação do setor rural em comparação ao setor industrial ou pela própria dissolução do mundo agrário, por epidemias, pelas secas, por desastres ambientais, por guerras civis e por genocídios, além do recrudescimento do contingente de refugiados, expatriados, fugitivos por motivos políticos, étnicos ou religiosos são consequência do fenômeno da globalização.⁴⁴

Cristiane Lopes defende que a globalização apenas veio a aumentar a dramaticidade de uma realidade já bastante cruel, pois a imigração sempre foi tratada do ponto de vista exclusivamente econômico dos países interessados em mão de obra, que se valem sem constrangimento de seu poder “soberano” de admitir, ou não, estrangeiros.⁴⁵

Sayad destaca o fator trabalho como principal razão de ser do fenômeno migratório contemporâneo.⁴⁶ Além disso, é através do mercado de trabalho que é possível perceber a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão seus descendentes. Dessa forma, uma vez no país de acolhida, o lugar social do imigrante estará marcado pela posição que ocupa no mercado de trabalho.⁴⁷

<<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 19/09/17.

⁴³ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Tendências globais: deslocamentos forçados em 2016**. Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>>. Acesso em: 06/10/17.

⁴⁴ FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada...** p. 253.

⁴⁵ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de Imigração: O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009. p. 237.

⁴⁶ SAYAD, Abdelmalek *apud* CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina (organizadores). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/index/index>>. Acesso em: 06/10/17. p. 142.

⁴⁷ CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina (organizadores). *Op. cit.*, p. 142.

Destarte, a migração internacional atual é decorrente, principalmente, das desigualdades sociais e econômicas dos países, sendo a globalização um fator de recrudescimento de tais diferenças, impelindo pessoas dos países mais pobres para os mais desenvolvidos, em busca de melhores condições de vida.⁴⁸ Defende Gonçalves que a globalização dos mercados gera padrões de consumo insustentáveis nas sociedades menos desenvolvidas. Somam-se a isso a degradação do meio ambiente e o aumento da população, e se tem como resultado grandes movimentos migratórios, atribuídos a uma gama de causas (políticas, econômicas, sociais), inclusive violações sistemáticas dos direitos humanos.⁴⁹

A dimensão do processo globalizatório é tão avassaladora que:

As pessoas se tornaram mais móveis, e também mais engenhosas: se são ricas, podem encontrar e explorar brechas nas redes de captação do Estado ou, se dispuserem da competência requerida, empregar sua capacidade de trabalho onde lhes for mais vantajoso; ou, por fim, se forem pobres, podem emigrar para o lugar onde acreditam jorrar o leite e o mel.⁵⁰

Percebe-se então que a falácia criada pela globalização de uma economia integrada mundialmente, em verdade acaba por acentuar uma “terceiromundização”, com a manutenção da hegemonia dos países desenvolvidos em posição dominante e dos países da África, América do Sul e sul da Ásia em posição de exclusão e pobreza.⁵¹ Isso porque, como ressalta Pochmann

O jogo de forças do mercado, incluindo o comércio, o movimento dos capitais e da mão de obra, não opera no sentido da igualdade, fazendo com que o curso da evolução histórica dos países não seja homogêneo. [...] os estímulos à eficiência e à concorrência definidos pelo modelo de racionalidade econômica do capitalismo não produzem sociedades com o padrão de desenvolvimento menos desigual. A polarização entre espaços econômicos não tende a ser amenizada nem mesmo com a possibilidade da mobilidade do trabalho.⁵²

Tal situação tem reflexos nos fluxos migratórios. Relatório intitulado “*Measuring Global Migration Potential, 2010–2015*”, divulgado pelo Centro de Análise de Dados de Migração Global da Organização Internacional para Migração - IOM, em julho de 2017, demonstra que quase três quartos dos adultos que planejavam migrar

⁴⁸ OCAMPO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 76.

⁴⁹ GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. *Op. cit.*, p. 102.

⁵⁰ BECK, Ulrich. *Op. cit.* p. 18-19.

⁵¹ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Op. cit.*, p. 167.

⁵² POCHMANN, Márcio. *Op. cit.*, p. 13.

no período de 2010 a 2015 viviam na África e na Ásia. Além disso, metade destes adultos viviam em apenas 20 países, sendo um deles o Brasil (14ª posição). Já os destinos principais eram, em ordem decrescente, os EUA, o Reino Unido, a Arábia Saudita, a França, o Canadá e a Alemanha, todos pertencentes ao grupo dos 50 países mais desenvolvidos do mundo.⁵³

Além disso, há um grave problema ideológico que é a flagrante inconsistência entre o discurso liberal apresentado pelos países desenvolvidos e a sua prática. Isso porque enquanto referidos países incentivam a circulação de capitais e mercadorias de um lado, de outro apresentam barreiras à mobilidade dos trabalhadores e à fixação de estrangeiros nos territórios nacionais desses Estados.⁵⁴

Como aponta Martine, a grande inconsistência do atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais é que, se as fronteiras dos países se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias, elas estão fechadas para o capital humano, ainda que este seja um fator de produção essencial.⁵⁵

Dessa forma, questões importantes, como os debates sobre o *dumping social*, sobre as possibilidades de harmonização em escala mundial do custo do fator trabalho e sobre as legislações trabalhistas, ficam limitadas pelas crescentes restrições legais impostas pelos países centrais aos estrangeiros com o objetivo de conter esses fluxos migratórios massivos, acentuando a exclusão social originada pela integração econômica.⁵⁶

Pessoas nascidas em desvantagem – em áreas afetadas por conflitos, países em risco de desastre ambiental ou áreas com poucas oportunidades econômicas – têm poucas alternativas disponíveis para melhorar suas condições. Uma opção é, então, deixar suas casas e comunidades em busca de ambientes mais seguros física e economicamente, apesar dos riscos da jornada e das barreiras a serem enfrentadas.

⁵³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO. **Measuring Global Migration Potential, 2010–2015**. Berlim, 2017. p. 8. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

⁵⁴ PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago do Chile: CEPAL - Nações Unidas, Março 2003. p. 8. Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7172/S033146_es.pdf;jsessionid=2011A6B4145D7AB76F20F23E227CBF97?sequence=1>. Acesso em: 19/08/2017.

⁵⁵ MARTINE, George. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, jul./set. 2005. p. 8.

⁵⁶ FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada...** p. 253.

Nem todos os migrantes se movem devido a dificuldades, mas muitos estão fugindo de situações extremas.⁵⁷

Ademais, pessoas fugindo de conflitos em seus locais de origem frequentemente sofrem com assédio, animosidade e violência nos países receptores. A busca por trabalho é um grande desafio. Isso porque, em muitos países, os migrantes não são permitidos a trabalhar; quando o são, poucas são as oportunidades. Além disso, muitos não têm documentos de identificação, o que dificulta o acesso a empregos formais. Por tudo isso, tais indivíduos são especialmente vulneráveis ao tráfico, trabalho forçado, trabalho infantil, trabalho sexual e outros tipos de exploração, além de atividades de alto risco.⁵⁸

Se a globalização faz sentir seus efeitos no trabalhador nacional, isso é exponencial com o trabalhador imigrante. Diferentemente do passado, a migração atual não está vinculada à ocupação de áreas despovoadas. Hoje, é necessário integrar os imigrantes em sociedades já estruturadas, sendo necessário definir seus direitos, sua condição de cidadãos. Como é de se esperar, as respostas dos países receptores são heterogêneas, combinando posturas humanitárias e restritivas, estas últimas fundadas na defesa da soberania nacional.⁵⁹

Entretanto, à luz dos princípios da igualdade e da não-discriminação, tem-se que o trabalhador imigrante deve ser protegido, independentemente da existência de normas baseadas na soberania dos Estados. Como defende Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, “a soberania não pode ser oposta em face de pessoas individualmente consideradas, nem ser utilizada para justificar políticas nacionalistas”, sob o risco de se estabelecer relações desiguais entre seres humanos, o que deve ser abolido.⁶⁰

2.3 A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL E OS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Ainda que se considere que o fenômeno da globalização tenha se iniciado há algum tempo, o Brasil somente passou a integrar este processo com mais intensidade a partir dos anos 90, quando um novo modelo de desenvolvimento passou a ser adotado. Tal modelo se fundamentou em dois eixos básicos de reformas estruturais:

⁵⁷ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. *Op. cit.*, p. 63.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ OCAMPO, José Antônio. *Op. cit.*, p.76.

⁶⁰ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 657

redução da participação do Estado na economia e promoção de uma “integração competitiva” do Brasil à economia internacional.⁶¹

Neste processo, diversas empresas estatais foram privatizadas e as barreiras ao comércio exterior foram mitigadas, em uma busca por um mercado mais dinâmico, que seria, no lugar do governo, o principal propulsor da modernização e do crescimento econômico do país.⁶² Para Borges, já a partir deste momento foi possível perceber os impactos negativos desta reestruturação produtiva e da gestão neoliberal da economia brasileira, com o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, além da diminuição de salários e de benefícios de milhões de trabalhadores brasileiros.⁶³

A maior participação do Brasil no processo globalizatório teria se refletido, então, em uma piora nas condições de vida da parcela mais pobre da população brasileira. Ideia contrária é defendida por Loch, que identifica uma melhora nos indicadores sociais no período em que o Brasil esteve exposto ao fenômeno, como diminuição da mortalidade infantil e do índice do analfabetismo e aumento da expectativa de vida e do acesso à educação superior. Por isso, a afirmação de que “a globalização gera pobreza” seria falsa.⁶⁴

A globalização também gerou consequências nos fluxos migratórios brasileiros, que são tão relevantes e intensos em nosso país a ponto de ser possível afirmar que “a história do Brasil pode ser contada a partir das migrações”.⁶⁵ E, nesse quesito, o Brasil passou por diversas fases diferentes. Nicoli, não desconsiderando a simplificação que tal proposta traz, divide em três grandes fases a história da migração no Brasil, cotejando-as com o Direito do Trabalho do país em cada fase e com a condição justrabalhista dos imigrantes.

⁶¹ DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. São Paulo: Tese (Doutorado) – USP/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana 2000. p. 105.

⁶² LOCH, Fernando Antônio Salomão. **Globalização e pobreza: o caso do Brasil**. Revista Geografar. Curitiba, v.5, n.2, p.45-75, jul./dez. 2010. p. 54. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/20141/13323>>. Acesso em 16/09/2017.

⁶³ BORGES, Ângela. **Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas**. Revista brasileira de estudos de população. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222. Dezembro, 2006. p. 205. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200002>. Acesso em: 17/09/2017.

⁶⁴ LOCH, Fernando Antônio Salomão. *Op. cit.*, p. 73.

⁶⁵ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 275.

A primeira fase, a da colonização portuguesa e do tráfico de africanos escravizados, caracterizou-se por uma ausência de regulação do trabalho, já que a relação escravista é baseada em uma absoluta sujeição pessoal, algo bastante diverso da subordinação jurídica presente na relação jurídico-empregatícia. Assim, por conta do predomínio das relações escravistas neste período, não houve sistematização do Direito do Trabalho.⁶⁶

Os fluxos migratórios do século XIX até meados do século XX constituem a segunda fase, quando o Brasil passa a receber grandes contingentes de imigrantes, principalmente europeus. Eram os excluídos da industrialização que, ao se encontrarem em situação de pobreza, passaram a emigrar. Neste contexto, o Brasil surge como país de destino devido à necessidade de mão de obra livre após a abolição da escravidão⁶⁷, ao desenvolvimento de novos setores da economia nacional e à necessidade de povoamento do interior do país.

Este período foi de fundamental importância no Direito do Trabalho brasileiro, pois foi a partir destes fluxos migratórios que alterações profundas ocorreram na organização e regulação das relações de trabalho no país. Os movimentos reivindicatórios do final do século XIX e início do século XX, nos quais os estrangeiros trabalhadores tiveram intensa participação, ensejaram, de um lado, uma farta legislação estatal e, de outro, limitações à liberdade e autonomia do movimento operário, além de um tratamento endurecido aos imigrantes, com a adoção, por exemplo, da ideia de nacionalização do trabalho.⁶⁸

Na terceira fase, compreendida entre o final do século XX e início do século XXI, há uma inversão da tendência migratória do Brasil, que deixa de ser um país essencialmente de imigração para se tornar um país de emigração. As causas mais evidentes são a pobreza e a péssima distribuição de renda, além da desregulamentação e da flexibilização de direitos trabalhistas, que fazem com que

⁶⁶ O autor atenta para o fato de que estes primeiros fluxos populacionais não podem ser entendidos como fluxos migratórios propriamente ditos, já que os africanos escravizados, na verdade, sofreram uma expatriação forçada, situação que lhes conferiu uma condição social própria e bastante diferente da de um migrante. NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição jurídica do trabalhador imigrante no direito brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011. p. 67-71.

⁶⁷ Neste ponto, Nicoli chama atenção para uma flagrante contradição: a abolição da escravidão gerou, automaticamente, um grande contingente de “novos trabalhadores livres” que poderiam ocupar os postos de trabalho criados pela expansão econômica do país, não sendo necessário que imigrantes ocupassem tais postos. A resposta para esta contradição é o ideário racista presente à época e, infelizmente, nos dias de hoje. NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 74.

⁶⁸ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 72-80.

milhares de brasileiros busquem outros países nos quais o modelo do Estado do bem-estar social ainda proporcione melhores condições de vida e trabalho.⁶⁹

Apesar desta tendência, na primeira metade da década atual, o Brasil tem recebido crescentes fluxos de imigrantes, constituídos de grupos étnicos bastante diferentes dos recebidos nos últimos séculos. São, principalmente, trabalhadores não qualificados da própria América Latina⁷⁰, além de africanos e orientais, que buscam melhores oportunidades nas grandes cidades brasileiras, caracterizando uma migração Sul-Sul.⁷¹ É possível inferir, então, a vulnerabilidade de tais pessoas, cujos países de origem apresentam condições econômicas inferiores às do Brasil.⁷²

O “*Relatório Anual 2016: A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*”, divulgado pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, demonstra como estes novos fluxos migratórios têm se incorporado ao mercado de trabalho no Brasil. Alguns dados relevantes trazidos pelo relatório são: desde 2013, a maior nacionalidade estrangeira no mercado de trabalho formal brasileiro é a haitiana; o número de trabalhadores estrangeiros vinculados formalmente mais que dobrou no período de 2010-2015; houve uma reconfiguração geográfica da força de trabalho estrangeira no país, com o estado do Paraná ocupando a segunda posição, no lugar do Rio de Janeiro, e atrás de São Paulo.⁷³

No que se refere ao perfil educacional e laboral da força de trabalho imigrante, revelou-se que em 2010 a força de trabalho estrangeira apresentava um perfil educacional de alta escolaridade. Já em 2015, a situação se altera, e há um aumento na participação nas faixas de mais baixa escolaridade. Tal perfil de mais baixa escolaridade passa então a modificar a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Se, em 2010, 41,2% da força de trabalho estava empregada nos estratos superiores dos grupos ocupacionais (diretores/gerentes e profissionais de nível superior), em 2015 há uma inversão, e este índice passa a ser de 15,9%. Por outro

⁶⁹ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 80-84.

⁷⁰ Segundo o “*Relatório Anual 2016: A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*”, um dos motivos do aumento de imigrantes sul-americanos no Brasil é o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, que possibilitou que o nacional de um país participe solicite residência em outro, com a garantia do direito de acesso aos serviços públicos e ao ingresso no mercado de trabalho formal. Assim, a autorização temporária, concedida por dois anos, pode se tornar permanente, bastando o pedido para mudança de *status* migratório. CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina. *Op. cit.*, p. 63.

⁷¹ *Ibidem*, p. 142.

⁷² NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 80-84.

⁷³ CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina. *Op. cit.*, p. 60-63.

lado, 34,6% dos trabalhadores estrangeiros estavam alocados na produção de bens e serviços industriais e 18,1% em serviços e vendas.⁷⁴

As remunerações seguiram a mesma tendência. Em 2010, 41,9% dos imigrantes no mercado formal recebiam cinco salários mínimos ou mais, passando a 26,3% em 2015. Já aqueles que recebiam menos de dois salários mínimos em 2010 representam 35% dos trabalhadores, enquanto em 2015 passaram a ser 45,1%.⁷⁵

Essas alterações no mercado de trabalho brasileiro podem ser entendidas como reflexos da inserção da força de trabalho haitiana, além da maior participação de bolivianos, paraguaios, peruanos e uruguaios, que passaram a ocupar postos de trabalho com menor qualificação, concentrando, assim, a maior proporção da força de trabalho estrangeira.⁷⁶

Na prática, o que se observa é que os imigrantes acabam por ocupar os postos que lhe são dados como disponíveis e não necessariamente aqueles correspondentes às suas qualificações. No Brasil, as principais ocupações que admitem haitianos, por exemplo, são: alimentador de linha de produção, servente de obras, magarefe, abatedor, faxineiro e pedreiro⁷⁷, profissões que não demandam alta qualificação. Ocorre que, muitas vezes, não é por falta de qualificação que imigrantes ocupam tais postos; mas sim, justamente, por sua condição de imigrante.

Mais recentemente, tem se observado um aumento significativo no número de imigrantes venezuelanos no Brasil, causado, principalmente, pela crise econômica e política vivenciada na Venezuela. Fugindo da fome, milhares de jovens se deslocam para Pacaraima, no estado de Roraima, onde encaram uma situação caótica e desesperadora, de miséria absoluta, sem condições mínimas de higiene e alimentação. Ainda assim, os venezuelanos afirmam estar em uma situação melhor do que no seus país de origem.⁷⁸

O Resumo Executivo sobre o perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil, divulgado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), aponta que a maioria destes imigrantes é jovem (72% do total dos entrevistados têm entre 20

⁷⁴ CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina. *Op. cit.*, p. 68.

⁷⁵ *Idibem*. p. 69.

⁷⁶ *Idibem*. p. 68.

⁷⁷ CAVALCANTI, Leonardo. Novos fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e ganenses no mercado de trabalho brasileiro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (organizadores). **Refúgio e Hospitalidades**. Curitiba: Kairós Edições, 2016, p. 239.

⁷⁸ BURNIER, José Roberto. Fome e desesperança trazem venezuelanos ao Brasil; veja relatos. **Jornal Hoje**. 15 ago. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/08/extra-fome-desesperanca-e-triste-situacao-dos-venezuelanos-no-brasil.html>>. Acesso em: 04/10/17.

e 39 anos), predominantemente masculina (63%) e solteira (54%). Embora a maioria tenha um bom nível de escolaridade (78% possuem nível médio completo e 32% possuem superior completo ou pós-graduação), apenas 28% dos entrevistados são formalmente empregados e mais da metade recebe remuneração inferior a um salário mínimo. Ampla maioria aceitaria se deslocar para outros estados do Brasil, sendo a oferta de trabalho o principal motivo.⁷⁹

A intensificação dos fluxos migratórios e a situação degradante que os sujeitos enfrentam no processo imigratório tornam urgente a proteção destas pessoas. Resta saber se os instrumentos jurídicos já existentes são suficientes para tanto.

⁷⁹ SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017. p. 4-5. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/site/index.php/component/phocadownload/category/4-noticias?download=183:resumo-executivo>>. Acesso em: 04/10/17.

3. A IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES E O DIREITO

3.1 O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL AO TRABALHO

O indivíduo, quando decide migrar, procura melhores condições de vida, o que está intrinsicamente relacionado ao trabalho. Esta ligação pode se dar desde o início, quando o motivo pelo qual o imigrante opta por mover-se é a busca por um (novo) emprego, ou, ainda, em um segundo momento, quando o imigrante precisa deixar seu país por outro motivo (perseguição política, desastre natural, etc.), mas, ao chegar ao seu destino, necessita encontrar um posto de trabalho para poder se estabelecer.

Destarte, o trabalho ocupa um lugar central na dinâmica da imigração, bem como na identificação social do indivíduo imigrante. Por isso, a disciplina justrabalhista aplicada ao imigrante é significativa na definição da sua condição jurídica no país de destino.⁸⁰

Antes de analisar os instrumentos jurídicos de proteção ao trabalhador imigrante a nível internacional e nacional, realizar-se-á uma breve análise do trabalho como um direito social fundamental.⁸¹ Norberto Bobbio deixa claro a complexidade do tema ao afirmar que:

O direito ao trabalho nasceu com a Revolução Industrial e é estreitamente ligado à sua consecução. Quanto a esse direito, não basta fundamentá-lo ou proclamá-lo. Nem tampouco basta protegê-lo. O problema da sua realização não é nem filosófico nem moral. Mas tampouco é um problema jurídico. É um problema cuja solução depende de um certo desenvolvimento da sociedade e, como tal, desafia até mesmo a Constituição mais evoluída e põe em crise até mesmo o mais perfeito mecanismo de garantia jurídica.⁸²

Os direitos sociais, sob forma de instituição da instrução pública e de medidas de geração de trabalho para “os pobres válidos que não puderam consegui-lo”, surgiram pela primeira vez na Constituição francesa de 1791. Contudo, em sua

⁸⁰ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 39.

⁸¹ Ressalta-se que, neste trabalho, para simplificação da tratativa do tema, as expressões “direitos fundamentais” e “direitos humanos” serão usadas como sinônimos, não ignorando a diferença terminológica existente.

⁸² BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 25. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: 04/10/17.

dimensão mais ampla, os direitos sociais entraram na história do constitucionalismo moderno a partir da Constituição de Weimar.⁸³

José Afonso da Silva define os direitos sociais, ditos de segunda geração, dimensão dos direitos fundamentais do homem, como:

Prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade.⁸⁴

Apesar de tal categorização, a Constituição brasileira teria assumido, na sua essência, uma postura de integração harmônica entre todas as categorias dos direitos fundamentais sob o influxo precisamente dos direitos sociais, já que “constituem um meio positivo para dar um conteúdo real e uma possibilidade de exercício eficaz a todos os direitos e liberdades”.⁸⁵

Como reitera Bobbio, os direitos sociais têm uma relação de complementariedade com os direitos de liberdade, permitindo o efetivo exercício destes. Isso porque “os direitos de liberdade só podem ser assegurados garantindo-se a cada um o mínimo de bem-estar econômico que permite uma vida digna”.⁸⁶

Para Dinaura Godinho Pimentel Gomes, junto com o direito à saúde e à educação, o direito ao trabalho constitui o núcleo fundamental dos direitos econômicos sociais e culturais, pois propicia os meios de existência digna do ser humano: alimentação, moradia, vestuário e transporte.⁸⁷

O trabalho é consagrado como um direito social na Constituição Federal de 1988⁸⁸, que também prevê uma série de direitos aos trabalhadores urbanos e rurais.⁸⁹ Além disso, a CF/88 declara como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho⁹⁰; estabelece como fundamento da ordem

⁸³ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 94.

⁸⁴ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 286-287.

⁸⁵ *Idibem*, p. 185.

⁸⁶ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 94.

⁸⁷ GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica: problemas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2005. p. 214.

⁸⁸ Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

⁸⁹ Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

⁹⁰ Art. 1º, IV da Constituição Federal de 1988.

econômica brasileira a valorização do trabalho humano⁹¹ e estatui como base da ordem social o primado do trabalho.⁹²

Tudo isso leva ao reconhecimento do “direito social ao trabalho, como condição da efetividade da existência digna (fim da ordem econômica) e, pois, da dignidade da pessoa humana, fundamento, também, da República Federativa do Brasil”, conforme aduz José Afonso da Silva. Para o autor, o direito social ao trabalho está relacionado ao direito de acesso a uma profissão, à orientação e formação profissionais, à livre escolha do trabalho e demais direitos que objetivam a melhoria das condições sociais dos trabalhadores.⁹³

Para Comparato, o reconhecimento do direito de cada indivíduo a exercer livremente um trabalho que lhe proporcione meios de subsistência e, conseqüentemente, uma vida digna, é uma condição primária de existência de uma sociedade igualitária, e a pedra angular da construção de uma verdadeira sociedade democrática. Na opinião do autor, “o direito ao trabalho implica, de um lado, o direito de livre exploração de uma atividade econômica independente; individual ou societária; de outro, o direito a exercer um trabalho assalariado, no quadro de uma organização empresarial”.⁹⁴

Na perspectiva internacionalista, vale ressaltar que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a concepção de que os direitos humanos são direitos universais, e, além disso, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados é defendida, de forma que os direitos civis e políticos devem ser conjugados com os direitos econômicos, culturais e sociais, nos quais se insere o trabalho.⁹⁵ Dessa forma, os direitos sociais, econômicos e culturais devem ser reivindicados como direitos que são e não como mera caridade ou generosidade.⁹⁶

Resta clara, então, a importância do trabalho para o indivíduo, pois é dele que proverá sua subsistência. É através do trabalho que o ser humano poderá se desenvolver em todas as suas potencialidades, alcançando condições materiais satisfatórias e fruindo dos bens que necessita.⁹⁷ Nas palavras de Amauri Mascaro Nascimento:

⁹¹ Art. 170 da Constituição Federal de 1988.

⁹² Art. 193 da Constituição Federal de 1988.

⁹³ SILVA, José Afonso da. *Op. cit.*, p. 289-290.

⁹⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Op. cit.*, p. 359.

⁹⁵ PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 80.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 94.

⁹⁷ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 40.

O ser humano, para viver, precisa prover a sua subsistência. Para fazê-lo, depende do trabalho. Logo, o trabalho é um direito. É o direito que todo ser humano tem de converter a própria atividade em ganho de subsistência pessoal e familiar. O direito ao trabalho está relacionado com o direito à vida e à subsistência.⁹⁸

Dessa forma, é importante destacar que o trabalho não pode ser visto apenas através de sua perspectiva econômica, ainda que alguns autores identifiquem os direitos dos trabalhadores como direitos econômicos, já que o trabalho é um componente das relações de produção.⁹⁹ Apesar dessa natureza econômica, o fim ético do trabalho não pode ser esquecido, pois é ele que não permite a “coisificação” do homem que trabalha, e evita sua identificação meramente materialista de fator da produção.¹⁰⁰

Se o trabalho é importante para o nacional, é ainda mais essencial ao imigrante, que muitas vezes tem a sua estadia no novo país condicionada a sua manutenção do vínculo empregatício. Sem emprego, a situação do imigrante é ainda pior, pois além de não contar com o apoio de amigos e familiares, o acesso a medidas de assistência social, como o seguro-desemprego, é bastante dificultado.

Tal desamparo pode levar o imigrante a aceitar qualquer trabalho para garantir uma remuneração pífia. Muitas vezes, se observa que os imigrantes acabam por ocupar os postos que lhe são dados como disponíveis e não aqueles correspondentes às suas qualificações.

Além disso, e ainda mais grave, são as situações em que trabalhadores imigrantes sofrem com diversas violações e restrições de direito, como não pagamento de horas-extras, discriminação no trabalho, não pagamento de indenizações e licenças maternidade e negação de direitos decorrentes do tempo de serviço e de salários devidos.¹⁰¹

O que se percebe, então, é uma precarização e um abuso da condição vulnerável desses trabalhadores que, por medo de represálias e por desconhecimento da legislação trabalhista de seu novo país, se sujeitam a condições degradantes.

⁹⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito do trabalho na Constituição de 1988**. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 25.

⁹⁹ SILVA, José Afonso da. *Op. cit.*, p. 286.

¹⁰⁰ SILVA, Antônio Alvares *apud* NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 35.

¹⁰¹ O México, ao verificar as referidas violações sofridas por mexicanos em países estrangeiros, demandou uma resposta da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da qual decorreu a Opinião Consultiva nº 18, que trata da Condição Jurídica e dos Direitos dos Imigrantes Indocumentados.

A partir desta percepção, analisar-se-ão as normas internacionais e nacionais existentes de proteção aos imigrantes e às suas condições de trabalho.

3.2 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR IMIGRANTE

Nos últimos tempos, com a intensificação do processo de globalização e da influência da perspectiva internacional no interior das sociedades nacionais, a importância do Direito Internacional do Trabalho tem se avultado¹⁰², ainda mais em relação aos direitos dos trabalhadores imigrantes. Sem a pretensão de esgotar o tema, serão analisados, neste trabalho, os principais diplomas internacionais que abordam a proteção do trabalhador imigrante.

O Direito Internacional do Trabalho, viés do Direito Internacional Público, trata da proteção do trabalhador, seja como parte de um contrato de trabalho, seja como ser humano, tendo como finalidade: a) universalizar os princípios de justiça social e, na medida do possível, uniformizar as correspondentes normas jurídicas; b) estudar as questões conexas, das quais depende a consecução desses ideais; e c) incrementar a cooperação internacional visando à melhoria das condições de vida do trabalhador e à harmonia entre o desenvolvimento técnico-econômico e o progresso social.¹⁰³

A criação de organismos internacionais e regionais suma importância para garantia dos direitos dos habitantes dos seus Estados-membros¹⁰⁴. No que se refere às questões trabalhistas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o principal organismo internacional acerca do tema. Foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Sua natureza jurídica é de

Pessoa jurídica de direito público internacional, de caráter permanente, constituída de Estados, que assumem, soberanamente, a obrigação de observar as normas constitucionais da entidade e das convenções que ratificam, integrando o sistema das Nações Unidas como uma das suas agências especializadas.¹⁰⁵

¹⁰² DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*, p. 65.

¹⁰³ SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. 3. ed. atual. e com novos textos. São Paulo: LTr, 2000. p. 17.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 17-18.

¹⁰⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 122.

A OIT é o órgão responsável pela elaboração, adoção, aplicação e promoção das Normas Internacionais do Trabalho, que podem ocorrer sob a forma de convenções, recomendações, resoluções e declarações.¹⁰⁶

Destaca Sússekind que a atividade normativa realizada pela OIT, desde a sua criação, trouxe relevante inovação ao Direito Internacional, pois seus projetos e convenções contêm normas a serem incorporadas ao direito interno dos Estados que manifestam sua adesão. Tal modelo passou a ser utilizado pela Organização das Nações Unidas e demais organismos internacionais, com o objetivo de promover a inserção de princípios e normas no direito nacionais dos países.¹⁰⁷

Ademais, a composição tripartida utilizada na organização e ação da OIT, segundo o qual questões trabalhistas devem ser solucionadas conjuntamente entre o governo, os trabalhadores e os empregadores¹⁰⁸, constitui uma das características marcantes da Organização.

Além da tutela dos trabalhadores em geral, a proteção internacional dos direitos e garantias dos trabalhadores imigrantes fez-se essencial com o recrudescimento dos fluxos migratórios no contexto da globalização. Ainda que os Estados soberanos relutem em reconhecer um *direito a imigrar*, o deslocamento de pessoas é um fato. Tal situação demanda uma regulamentação, que concilie, de um lado, o respeito aos direitos humanos, à reciprocidade entre países e à paz internacional; e, de outro, interesses econômicos, como o de prevenir a concorrência desleal entre Estados.¹⁰⁹

Esclarece Sússekind que, salvo algumas exceções, as normas internacionais do trabalho são de aplicação geral, não havendo distinção entre o trabalhador nacional e o estrangeiro. Contudo, algumas convenções são explícitas ao estabelecer que suas disposições se aplicam sem distinção de nacionalidade, enquanto outras estipulam medidas especiais em favor dos trabalhadores migrantes.¹¹⁰

O preâmbulo da Constituição da OIT define como um de seus objetivos a defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro e, logo nos

¹⁰⁶ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna.** Brasília, 2012. p. 4. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/oit%20no%20brasil_folder_809.pdf>. Acesso em 30/09/2017.

¹⁰⁷ SÚSSEKIND, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 317-318.

¹⁰⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho...** p. 135.

¹⁰⁹ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 222-223.

¹¹⁰ SÚSSEKIND, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 361.

primeiros anos após a sua criação, foram editadas convenções afins às questões migratórias.

A primeira convenção sobre o tema foi a de nº 19, de 1925, que estabeleceu a igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais vítimas de acidentes de trabalho. Seu artigo primeiro dispõe:

Art. 1 — 1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a conceder aos nacionais de qualquer outro Membro que tenha ratificado a dita convenção, que forem vítimas de acidentes de trabalhos ocorridos em seu território ou em território sob sua dependência, **o mesmo tratamento assegurado aos seus próprios acidentados em matéria de indenização por acidentes de trabalho.**

2. **Esta igualdade de tratamento será assegurada aos trabalhadores estrangeiros e a seus dependentes sem nenhuma condição de residência.** Entretanto, no que concerne aos pagamentos que um Membro ou seus nacionais teriam que fazer fora do território do citado Membro em virtude desse princípio, as disposições a tomar serão reguladas, se for necessário, por convenções particulares entre os Membros interessados.¹¹¹ [grifo nosso]

Ainda que a Convenção tenha sido ratificada por muitos países, dentre eles o Brasil, e proponha uma igualdade de tratamento em matéria de acidente de trabalho, sem nenhuma condição de residência, a implementação de seu ditame não foi tão efetiva quanto se esperava, especialmente no tocante aos imigrantes em situação de irregularidade. Os EUA, além de não ratificarem a convenção, estabeleceram que os hospitais deveriam comunicar às autoridades os atendimentos realizados a “imigrantes ilegais”, a despeito das consequências para a saúde pública e da lesão aos direitos humanos mais elementares geradas pela adoção de tal procedimento.¹¹²

A Convenção nº 97 da OIT, de 1939, revista em 1949, trata do trabalhador imigrante, definido como “toda pessoa que emigra de um país para outro com o fim de ocupar um emprego que não será exercido por sua própria conta”.¹¹³ Estabelece os seguintes direitos para o trabalhador migrante regular:

1. gratuidade do processo de imigração para o trabalhador; 2. não-discriminação; 3. não-repatriação por motivo de saúde; 4. garantia de remessas de divisas ao exterior; 5. isenção de impostos alfandegários sobre os objetos pessoais e ferramentas dos trabalhadores e familiares, seja

¹¹¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 19 sobre igualdade de tratamento (indenização por acidente de trabalho)**. Genebra, 1925. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235017/lang-pt/index.htm>. Acesso em 24/09/17.

¹¹² LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 226-227.

¹¹³ Art. 11 da Convenção nº 97 da OIT.

quando ingressam no território estrangeiro, seja quando retornam; 6. informação por escrito, antes da partida, sobre as condições contratuais.¹¹⁴

Apesar de não abordar a questão do imigrante em condição de irregularidade, a Convenção nº 97 da OIT representou um passo adiante na proteção do imigrante, erigindo diretrizes fundamentais sobre o tema e que geraram outros diplomas internacionais, bem como recomendações, políticas e debates.¹¹⁵

Interessante ressaltar que a Convenção aponta a imigração como um meio de potencialização do pleno emprego em nível mundial, colaborando para diminuição do déficit internacional entre oferta e demanda de empregos.¹¹⁶ Todavia, o Brasil é um dos poucos países a ratificar a Convenção, demonstrando que os Estados ainda relutam em obrigar-se com os conteúdos normativos do diploma, priorizando uma abordagem repressiva e até discriminatória em suas legislações nacionais.¹¹⁷

A Convenção nº 143 da OIT, de 1975, não ratificada pelo Brasil, enfrenta pela primeira vez a questão das imigrações irregulares, abordando o crescimento desordenado de movimentos migratórios, o tráfico de mão de obra e a busca do pleno emprego. A Convenção é dividida em duas partes, tratando das migrações em condições abusivas e da igualdade de oportunidades e tratamento.¹¹⁸

Na primeira parte, a Convenção dispõe que o trabalhador migrante não pode ser considerado em situação ilegal ou irregular pela simples perda do seu emprego (art. 8º) e, nos casos em que a legislação não tenha sido respeitada e nos quais a sua situação não possa ser regularizada, deve se beneficiar pessoalmente, bem como a sua família, de igual tratamento no que se refere aos direitos decorrentes de empregos anteriores em relação à remuneração, à segurança social e a outras vantagens (art. 9º).¹¹⁹

Muitos países, contudo, adotam posturas contrárias a tais previsões, penalizando com deportação o trabalhador que perde o emprego ou que labora em condições irregulares. Lopes denuncia que tal medida facilita o abuso por parte do empregador, pois o trabalhador passa a ter sua permanência no país condicionada à

¹¹⁴ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 229.

¹¹⁵ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 60-61.

¹¹⁶ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 227-228.

¹¹⁷ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 61.

¹¹⁸ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 230-231.

¹¹⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 143 sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes.** Genebra, 1975. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242707/lang--pt/index.htm>. Acesso em 24/09/17.

manutenção do vínculo de emprego, inviabilizando qualquer reclamação por melhores condições de trabalho ou pelo cumprimento correto do contrato de trabalho.¹²⁰

Já na segunda parte da Convenção, destaca-se o artigo 10, que insta os Estados-Parte a:

formular e aplicar uma política nacional que se proponha promover e garantir, por métodos adaptados às circunstâncias e aos costumes nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, de segurança social, de direitos sindicais e culturais e de liberdades individuais e coletivas para aqueles que se encontram legalmente nos seus territórios na qualidade de emigrantes ou de familiares destes.¹²¹

Dessa forma, os Estados-Parte devem adotar medidas para concretizar o princípio da não-discriminação, incluindo o dever de auxiliar a adaptação dos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Acontece que a Convenção possui um número baixo de ratificações, demonstrando que seu conteúdo não é de interesse da maioria dos países.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também possui importantes diplomas relacionados às questões migratórias. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, além de representar um relevante avanço na proteção dos indivíduos singulares, ao lhes garantir o *status* de sujeitos jurídicos de direito internacional¹²², determina:

Artigo 13 1.Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.¹²³

Para Lopes, o dispositivo apresenta uma contradição, pois ao dispor que o indivíduo tem “o direito de abandonar o país em que se encontra, *incluindo o seu*”, positiva um direito humano à emigração. Em contrapartida, não há dispositivo que estabeleça um direito à imigração, o que permite que cada Estado trate à sua maneira os imigrantes.¹²⁴

¹²⁰ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 233.

¹²¹ Art. 10 da Convenção nº 143 da OIT.

¹²² BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 60.

¹²³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas: Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 04/10/17.

¹²⁴ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 238.

No que tange ao conteúdo do Direito Internacional do Trabalho, Sússekind destaca os seguintes dispositivos da DUDH:

Artigo 22. Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23° 1. **Toda a pessoa tem direito ao trabalho**, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, **sem discriminação alguma**, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma **remuneração equitativa e satisfatória**, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a **dignidade humana**, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24° Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma **limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas**.

Artigo 25° 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.¹²⁵

Basicamente, a DUDH assegura a todos, sem discriminação de nenhuma espécie, o direito ao trabalho, ao salário igualitário, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas.

Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou dois pactos internacionais de direitos humanos que desenvolveram detalhadamente o conteúdo da DUDH: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Enquanto o primeiro tem como núcleo instituir um meio de defesa de indivíduos ou grupos sociais contra os privilégios privados e o abuso de poder estatal, o segundo busca estabelecer uma proteção para

¹²⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 22.

as classes ou grupos sociais desfavorecidos, contra a dominação socioeconômica exercida pela minoria rica e poderosa.¹²⁶

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais determina que os Estados-Partes reconheçam o direito ao trabalho, que se caracteriza como o direito de toda a pessoa ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito. Além disso, reconhece o direito de toda pessoa a gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo, entre outras garantias, uma remuneração que proporcione uma existência decente para o obreiro e para sua família, segurança e higiene no trabalho, a limitação de horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.¹²⁷

Além disso, o Pacto reconhece também o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive no referente à alimentação, vestimenta e moradia, além de uma melhoria contínua das suas condições de vida.¹²⁸

A Declaração dos Direitos Humanos de Viena de 1993 reitera a concepção trazida pela DUDH e apela para a promoção e proteção dos direitos humanos de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, como os trabalhadores migrantes. Além disso, roga pela criação de condições que propiciem a harmonia e a tolerância entre os trabalhadores migrantes e o resto da sociedade do país em que residem.¹²⁹

Finalmente, um último diploma internacional a ser examinado neste trabalho¹³⁰ é a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990, que representa uma codificação universal dos direitos dos trabalhadores migrantes no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Convenção lista uma série extensa de direitos humanos dos trabalhadores migrantes e seus familiares, reafirmando o princípio da *não discriminação* e ressaltando que o *status migratório* da pessoa não afeta a proteção de tais direitos.

¹²⁶ COMPARATO, Fábio Konder. *Op. cit.*, p. 349.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 359-361.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 365.

¹²⁹ CONVENÇÃO MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS. **Declaração dos Direitos Humanos de Viena**. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 05/10/17.

¹³⁰ Diversos outros diplomas tangenciam o tema aqui tratado, destacando-se as seguintes normativas internacionais: Convenção nº 29 da OIT, de 1930, ratificada pelo Brasil, sobre o trabalho forçado ou obrigatório; Convenção nº 105 da OIT, de 1957, ratificada pelo Brasil, sobre abolição do trabalho forçado; Convenção nº 118 da OIT, de 1962, ratificada pelo Brasil, sobre a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros em previdência social; e a Convenção nº 157 da OIT, de 1982, sobre a preservação dos direitos em matéria de seguridade social.

Dentre eles, destacam-se: liberdade de emigração (art. 8º), direito à vida (art. 9º), proibição da tortura (art. 10º), proibição da escravidão e da servidão (art. 11), acesso à justiça (art. 18), igualdade de tratamento quanto às condições de trabalho (art. 25), liberdade sindical (art. 26), igualdade de tratamento em matéria de segurança social (art. 27).¹³¹

Para Lopes, a Convenção é relevante por três motivos: por estabelecer expressamente que os trabalhadores não poderão sofrer restrições referentes aos direitos humanos, independentemente de sua (ir)regularidade administrativa; por prever direitos para trabalhadores imigrantes, levando a uma limitação da “potestade” dos Estados-Parte na adoção de políticas migratórias; e, por estabelecer procedimentos de acompanhamento do cumprimento da convenção e mecanismos para solução de controvérsias, fazendo da Convenção mais do que uma simples declaração de direitos.¹³²

Infelizmente, o número de ratificações é baixo e é decorrente, em grande parte, da falta de interesse dos países receptores de grandes contingentes de imigrantes em garantir-lhes direitos. Destaca-se que o Brasil também não ratificou a Convenção.

Da análise dos diplomas supramencionados, é possível perceber uma evolução no âmbito normativo internacional no sentido de assegurar a proteção dos direitos e garantias dos trabalhadores imigrantes, estejam eles em situação de regularidade administrativa ou não. Por outro lado, sem a adesão pelos países, principalmente dos grandes receptores de imigrantes, essa proteção não tem aplicabilidade.

3.3 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS BRASILEIROS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR IMIGRANTE

Pretende-se, neste ponto, identificar a condição jurídica do trabalhar imigrante no Brasil mediante a análise das principais normativas sobre o tema.

¹³¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Assembleia Geral da ONU: 1990. Disponível em: <<http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Convenção-Internacional-para-a-Proteção-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Famílias.pdf>>. Acesso em: 29/09/17.

¹³² LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 249.

A Constituição Brasileira de 1988, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.¹³³

Ainda que uma leitura apressada possa levar a uma interpretação restritiva, de que somente os estrangeiros *residentes* teriam seus direitos e garantias fundamentais protegidos, é pacífico na doutrina o entendimento de que os estrangeiros em trânsito pelo território nacional, como os turistas, também possuem seus direitos salvaguardados, além de acesso às ações, como o mandado de segurança e demais remédios constitucionais¹³⁴, o que foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal.¹³⁵

Contudo, a igualdade de direitos entre os nacionais e os estrangeiros na Constituição Brasileira apresenta algumas restrições. Os direitos políticos só são assegurados aos nacionais, ainda que o estrangeiro seja residente no Brasil¹³⁶; há restrições para acesso por estrangeiros a cargos, empregos e funções públicas¹³⁷, além da vedação de acesso a determinados cargos, como Presidente e Vice-Presidente da República e demais cargos de grande importância política.¹³⁸

¹³³ Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

¹³⁴ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 459-460.

¹³⁵ No julgamento do HC 90416 - SP, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a condição jurídica do estrangeiro não domiciliado no Brasil não o desqualifica como sujeito de direitos, tendo, portanto, plenitude de acesso aos instrumentos processuais de tutela de liberdade, como o mandado de segurança e o *habeas corpus*. Além disso, entendeu-se que a sua condição não legitimaria qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório ou a inobservância do direito ao devido processo legal. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 94.016-1 – São Paulo. Relator: Ministro Celso de Mello. Data de julgamento: 07/04/2008. Data de Publicação no DJe: 09/04/2008. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14773732/medida-cautelar-no-habeas-corpus-hc-94016-sp-stf>>. Acesso em: 24/09/17.

¹³⁶ Art. 14, § 2º da Constituição Federal de 1988 - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira.

¹³⁷ Art. 37 da Constituição Federal de 1988 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

¹³⁸ Art. 12, § 3º da Constituição Federal de 1988 - São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas. VII - de Ministro de Estado da Defesa.

É preciso dizer que algumas restrições podem ser aceitas, desde que a razão do *discrimen* seja fundamentada. Contudo, não é o caso da restrição ao direito de voto, de participação política e social, ao menos na comunidade local, que deve ser estendido ao estrangeiro residente com certo tempo de radicação no território brasileiro, como uma medida de cidadania (e não de nacionalidade).¹³⁹

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também traz disposições acerca da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, especialmente quanto às questões trabalhistas.¹⁴⁰ O Capítulo 2 do Título III da CLT trata da “Nacionalização do Trabalho”, instituindo regras para proteção do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro, notadamente a proporcionalidade mínima de empregados brasileiros e a garantia de igualdade salarial.

No que se refere à proporcionalidade, o art. 352 estabelece:

Art. 352 - As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo.

A proporcionalidade referida é de “2/3 (dois terços) de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo”, devendo ser obedecida também no tocante à folha de salários, conforme disciplina o art. 354 da CLT.

O art. 353 da CLT equipara a brasileiro, sendo excluído desta regra de proporcionalidade, o estrangeiro que, residindo no País há mais de dez anos, tenha cônjuge ou filho brasileiro, bem como o sujeito de nacionalidade portuguesa. Da mesma forma, “não se compreendem na proporcionalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, haja falta de trabalhadores nacionais”, segundo redação do art. 357 da Consolidação.

A doutrina sobre o tema não é uníssona. Enquanto uma parcela entende que a regra da proporcionalidade não foi recebida pela Constituição de 1988, que

¹³⁹ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 472.

¹⁴⁰ Vale ressaltar que a reforma da legislação trabalhista aprovada em julho de 2017 não alterou os dispositivos relacionados à “Nacionalização do Trabalho”, comentados neste trabalho.

estabelece a igualdade entre nacionais e estrangeiros, outra corrente afirma que tal previsão não constitui uma medida discriminatória, mas sim um critério de política interna de proteção ao trabalhador nacional.

Segundo Mauricio Godinho Delgado, o novo quadro constitucional inaugurado a partir de 1988 não permitiria que referidas regras permanecessem em nosso sistema jurídico. Para o autor, “o Capítulo II do Título III da CLT, tratando da ‘nacionalização do trabalho’, estaria revogado (ou não recepcionado) naquilo que traduzisse discriminação ao trabalhador estrangeiro residente no Brasil”.¹⁴¹ Já no entendimento de Cristiane Lopes, a regra dos 2/3 é plenamente compatível com a Constituição, representando um instrumento de luta contra a precarização do trabalho originada da substituição da mão-de-obra nacional pela estrangeira.¹⁴²

Já a igualdade salarial entre estrangeiros e nacionais é prevista no art. 358 da CLT, que determina que “nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste”, com algumas exceções.¹⁴³ Ainda, o parágrafo único do artigo estabelece que, em caso de falta ou cessação de serviço, o estrangeiro deve ser dispensado antes do brasileiro que exerça função análoga.

Em contrapartida, o art. 461 da CLT prevê uma regra geral que estipula que “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, *nacionalidade* ou idade”.

Cristiane Lopes entende que, em cumprimento ao *princípio de trato não menos favorável* devido aos estrangeiros devido à ratificação pelo Brasil das Convenções nº 97 da OIT (sobre trabalhadores migrantes) e nº 111 da OIT (sobre discriminação no emprego), a regra do art. 358 está derogada, inclusive no tangente ao critério para dispensa, devendo prevalecer para todos a regra geral de igualdade prevista no art. 461.¹⁴⁴

¹⁴¹ DELGADO, Mauricio Godinho. *Op. cit.*, p. 760.

¹⁴² LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 590-594.

¹⁴³ As exceções são: “a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos; b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade; c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro; d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa”, segundo art. 358 da CLT.

¹⁴⁴ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 594-595.

A Lei nº 6.815 de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, embora tenha sido substituída pela nova Lei de Migração, Lei nº 13.445 de 2017, será brevemente analisada por ter orientado a disciplina jurídica do imigrante no Brasil por quase quatro décadas.

Datado de 1980, o Estatuto foi concebido antes da Constituição Federal de 1988, possuindo, por isso, uma orientação axiológica bastante diferente desta. Enquanto a Constituição prevê a igualdade entre os nacionais e estrangeiros, o Estatuto dá prevalência à segurança nacional.

O contexto de sua edição revela muito de seu caráter restritivo. No final da década de 70 e início da década de 80, o Brasil já não era mais destino de grandes contingentes de migrantes europeus. Em contrapartida, a imigração clandestina começou a se revelar como um problema, oriunda das instabilidades dos países sul-americanos. Assim, em um contexto de ditadura militar, entendeu-se pela necessidade de uma lei mais rigorosa, orientada pelo ideal de “segurança nacional”.¹⁴⁵

Logo em seus primeiros dispositivos, o Estatuto já deixa claro que o interesse nacional, a segurança nacional e a defesa do trabalhador nacional são os princípios norteadores do diploma:

Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os **interesses nacionais**.

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á **precipualemente à segurança nacional**, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à **defesa do trabalhador nacional**.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos **interesses nacionais**.¹⁴⁶

Neste ponto, salienta Cristiane Lopes que a ideia de segurança nacional é questão sensível nas políticas migratórias atuais, principalmente nos países ricos, que se sentem invadidos em razão do recrudescimento dos contingentes de imigrantes. Esse aumento provoca uma sensação de escassez do serviço público e de perda de uma suposta “homogeneidade” cultural e fenotípica da população nacional. Soma-se

¹⁴⁵ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 91-92.

¹⁴⁶ BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 ago. 1980.

a isso o problema do terrorismo que, vinculado à imigração, permite a criminalização desta.¹⁴⁷

O artigo 4º da lei prevê sete tipos de visto a serem concedidos ao estrangeiro que pretenda ingressar no território nacional: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. Ao estrangeiro destinado a trabalhar no Brasil, são aplicáveis os vistos temporário e permanente, que possuem regulamentação específica em resoluções do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho e Emprego.¹⁴⁸

Estas resoluções estabelecem exigências bastante elevadas para concessão destes vistos, como alta escolaridade e considerável experiência profissional. Tais requisitos acabam por dificultar a entrada de pessoas com baixa escolaridade no país, aumentando a irregularidade e determinando que os imigrantes regulares sejam, em sua maioria, trabalhadores altamente qualificados.¹⁴⁹

Vale lembrar que, mesmo durante a vigência do Estatuto, sua interpretação deveria se dar à luz da Constituição de 1988, mormente no referente aos dispositivos que limitam direitos além do que autoriza a Constituição.¹⁵⁰

A nova Lei de Migração, Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, por sua centralidade na racionalidade dos direitos humanos, pode ser considerada um avanço na legislação brasileira, que até então se pautava pelos ideais de soberania e segurança nacional previstos no Estatuto do Estrangeiro. Ainda que a lei tenha sido sancionada pelo Presidente da República com vetos em questões relevantes, no geral traduz-se em uma evolução na condição jurídica do imigrante no Brasil. Vale ressaltar também que diversos dispositivos ainda demandam regulamentação posterior.

A nova lei define como imigrante a “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”¹⁵¹ e assegura diversos princípios e garantias ao imigrante em solo brasileiro.

O art. 3º estabelece os princípios e diretrizes da política migratória brasileira, destacando-se, no campo trabalhista: a igualdade de tratamento e de oportunidade

¹⁴⁷ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 503.

¹⁴⁸ As principais resoluções sobre o tema são as seguintes: Resolução nº 99/2012, que disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil; e Resolução nº 104/2013, que disciplina os procedimentos para a autorização de trabalho a estrangeiros.

¹⁴⁹ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 95.

¹⁵⁰ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *apud* NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 90.

¹⁵¹ Art. 1º, §1º, II da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.

ao migrante e a seus familiares (inc. IX); a inclusão social, laboral, e produtiva do migrante por meio de políticas públicas (inc. X); o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (inc. XI); e a promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei (inc. XXI).

O art. 4º da lei, além de garantir ao migrante em território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, elenca diversos direitos e garantias, independentemente da situação migratória, dentre eles: o direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos (inc. VII); o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (inc. VIII); a garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (inc. XI).

Os tipos de vistos passam a ser cinco: de visita, temporário, diplomático, oficial e de cortesia.¹⁵² O visto temporário pode ser concedido ao imigrante que se destine ao Brasil para “exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente”¹⁵³, observadas as hipóteses previstas em regulamento. Tal dispositivo demonstra que ainda subsiste uma prevalência pelos trabalhadores mais qualificados quando o imigrante não possuir oferta de emprego formalizada no país.

No que se refere aos vetos, uns dos mais significativos para a questão trabalhista foram os dos §§ 2º e 3º do art. 4º e da alínea ‘d’ do inciso II do art. 30, que estabeleciam:

§ 2º Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal.

¹⁵² Art. 12 da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.

¹⁵³ Art. 14, §5º da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.

§ 3º Não se exigirá do migrante prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego ou função pública.

d) tenha sido aprovada em concurso público para exercício de cargo ou emprego público no Brasil.

O motivo do veto é que tais dispositivos possibilitariam o exercício do cargo, emprego ou função pública por estrangeiro não residente, o que afrontaria a Constituição Federal e o *interesse nacional*.¹⁵⁴ Percebe-se que remanesce no tratamento dispensado ao imigrante uma carga discriminatória baseada na ideia de soberania e interesse nacional.

Apesar das ressalvas postas, com o passar do tempo, nota-se um avanço no tratamento do estrangeiro na legislação brasileira e nas normas de direito internacional. Resta analisar, contudo, se o trabalho, direito social fundamental, é considerado também um direito do imigrante e em que nível a dignidade deste trabalho lhe é assegurada.

¹⁵⁴ BRASIL. **Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm>. Acesso em: 05/10/17.

4. O IMIGRANTE E O DIREITO AO TRABALHO DIGNO

4.1 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O fundamento do princípio da dignidade da pessoa humana pode ser encontrado no clássico mandamento, de ordem religiosa, do *respeito ao próximo*.¹⁵⁵ Na filosofia, suas bases podem ser percebidas em Kant e em seu imperativo categórico, através da ideia de que cada pessoa é um fim em si mesmo, não podendo ser utilizada como um mero instrumento. De acordo com o pensamento kantiano,

um ser humano considerado como uma pessoa, isto é, como sujeito de uma razão moralmente prática, é guindado acima de qualquer preço, pois como pessoa (*homo noumenon*) não é para ser valorado meramente como um meio para o fim de outros ou mesmo para seus próprios fins, mas como um fim em si mesmo, isto é, ele possui uma *dignidade* (um valor interno absoluto) através do qual cobra *respeito* por si mesmo de todos os outros seres racionais do mundo. Pode avaliar a si mesmo conjuntamente a todos os outros seres desta espécie e valorar-se em pé de igualdade com eles.¹⁵⁶

Elucida Luís Roberto Barroso que a transposição do princípio da dignidade da pessoa humana dos planos religioso e ético para o plano do Direito não se deu de forma repentina, ocorrendo, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com a edição de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e as Constituições italiana (1947), alemã (1949), portuguesa (1976) e espanhola (1978).¹⁵⁷

Desde então, a dignidade tem simbolizado um “superprincípio” constitucional, orientando o constitucionalismo contemporâneo e conferindo-lhe especial racionalidade, unidade e sentido.¹⁵⁸

A DUDH estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em *dignidade* e direitos”¹⁵⁹ e que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, *sem distinção* de qualquer espécie”.¹⁶⁰ Na Constituição brasileira de 1988, a dignidade da pessoa humana é elencada, no art. 1º, inc. III, como um dos fundamentos da República Federativa do

¹⁵⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 250.

¹⁵⁶ KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução: Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003. p. 277.

¹⁵⁷ BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.*, p. 251.

¹⁵⁸ PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**... p. 367.

¹⁵⁹ Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

¹⁶⁰ Art. 2º, 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Brasil.¹⁶¹ Além deste, em diversos outros dispositivos é possível inferir seu valor, como no art. 170, que dispõe que “a ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”¹⁶², bem como nos direitos e garantias fundamentais estabelecidos nos art. 5º e 6º.

Para Luís Roberto Barroso, “a dignidade da pessoa humana está na origem dos direitos materialmente fundamentais e representa o núcleo essencial de cada um deles, assim os individuais como os políticos e sociais”.¹⁶³ O princípio da dignidade da pessoa humana encontra fundamento na própria existência da pessoa.

O princípio da dignidade humana identifica um espaço de integridade a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito quanto com as **condições materiais de subsistência**. (...) Ele representa a **superação da intolerância, da discriminação**, da exclusão social, da violência, **da incapacidade de aceitar o outro, o diferente**, na plenitude de sua liberdade de ser, pensar e criar.¹⁶⁴ [grifo nosso]

No mesmo sentido, Ingo Sarlet identifica a dignidade como:

a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um **complexo de direitos e deveres fundamentais** que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as **condições existenciais mínimas para uma vida saudável**, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.¹⁶⁵ [grifo nosso]

A efetivação da dignidade da pessoa humana depende do atendimento das condições materiais de subsistência do indivíduo. É por isso que, no âmbito da dignidade humana, se inclui “a proteção do *mínimo existencial*, locução que identifica o conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute dos direitos em geral. Aquém daquele patamar, ainda quando haja

¹⁶¹ BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.*, p. 251.

¹⁶² Art. 170 da Constituição Federal de 1988.

¹⁶³ BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.*, p. 251.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 252.

¹⁶⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 62.

sobrevivência, não há dignidade”.¹⁶⁶ No mesmo sentido, defende Ricardo Lobo Torres que “sem o mínimo necessário à existência cessa a possibilidade de sobrevivência do homem e desaparecem as condições iniciais da liberdade. A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo”.¹⁶⁷

Clèmerson Merlin Clève salienta não apenas a existência de um mínimo existencial ao indivíduo, mas também a sua exigibilidade do poder público ao indicar que:

O conceito do mínimo existencial, do mínimo necessário e indispensável, do mínimo último, aponta para uma obrigação mínima do poder público, desde logo sindicável, tudo para evitar que o ser humano perca sua condição de humanidade, possibilidade sempre presente quando o cidadão, por falta de emprego, de saúde, de previdência, de educação, de lazer, de assistência, vê confiscados seus desejos, vê combalida sua vontade, vê destruída sua autonomia, resultando num ente perdido no cipoal das contingências, que fica à mercê das forças terríveis do destino. Os direitos sociais, o princípio da dignidade humana, o princípio da socialidade (dedutível da Constituição Federal de 1988 que quer erigir um Estado democrático de direito) autorizam a compreensão do mínimo existencial como obrigação estatal a cumprir e, pois, como responsabilidade dos poderes públicos.¹⁶⁸

Referido mínimo existencial deve abarcar, ao menos, uma renda mínima, saúde básica e educação fundamental, além do elemento instrumental de acesso à justiça, para exigibilidade e efetivação de tais direitos.¹⁶⁹

Essas condições materiais mínimas para subsistência da pessoa são viabilizadas, principalmente, pelo labor. No âmbito do capitalismo, a venda da força de trabalho em troca de um salário é o que permitirá ao indivíduo o acesso à alimentação, moradia, vestuário, etc. Entretanto, o simples recebimento de um salário não garante a dignidade do trabalhador. Outras condições devem ser atendidas para que o labor não seja transformado em uma circunstância física ou moralmente degradante ao indivíduo. Portanto, para que o trabalho propicie a concretização da dignidade da pessoa humana, deve ser realizado de maneira digna.

¹⁶⁶ BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.*, p. 253.

¹⁶⁷ TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. p. 69.

¹⁶⁸ CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. In: **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, vol. 54, Jan/2006. p. 35. Disponível em: <<http://www.clemersoncleve.adv.br/wp-content/uploads/2016/06/A-eficacia-dos-direitos-fundamentais-sociais.pdf>>. Acesso em 31/10/17.

¹⁶⁹ BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.*, p. 253.

4.2 O DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO DIGNO

O trabalho decente¹⁷⁰ é definido pela OIT como o trabalho produtivo e de qualidade, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, traduzindo-se em “condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável”.¹⁷¹ Os pilares do trabalho decente segundo a OIT, que também representam o ponto de convergência dos objetivos estratégicos da Organização, são: o respeito aos direitos no trabalho, a promoção de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Dharam Ghai afirma que estes componentes do trabalho decente influenciam um ao outro de várias maneiras. O respeito aos direitos no trabalho afeta todos os aspectos do trabalho. Por exemplo, o direito a um salário mínimo e a um ambiente de trabalho saudável afeta a forma e o volume de empregos. O direito à liberdade de associação e negociação coletiva gera consequências no grau e padrão de proteção social, o que também afeta a natureza e a substância do diálogo social.¹⁷²

Segundo o autor, algumas condições devem ser observadas para que o trabalho prestado se caracterize como decente:

Para se alcançar um trabalho decente, certas condições devem ser satisfeitas. Deve haver oportunidades de emprego adequadas para todos aqueles que procuram trabalho. O trabalho deve gerar uma remuneração (em dinheiro ou em espécie) que atenda às necessidades essenciais do trabalhador e dos membros da família. O trabalho deve ser escolhido livremente e não deve haver discriminação contra qualquer categoria de trabalhadores, como mulheres, migrantes ou minorias. Os trabalhadores devem ser protegidos contra acidentes, condições de trabalho não saudáveis e perigosas e jornada de trabalho excessivamente longa. Eles devem ter o direito de formar e se juntar a associações representativas e independentes para representar seus interesses e se envolver em negociações coletivas e em discussões com os empregadores e as autoridades governamentais sobre questões relacionadas ao trabalho. Um mínimo essencial de segurança social também constitui um trabalho decente.¹⁷³ [tradução nossa]

¹⁷⁰ Neste trabalho, trabalho digno e trabalho decente serão utilizados como sinônimos.

¹⁷¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna.** *Op. cit.*, p. 3.

¹⁷² No original: “Rights at work affect all aspects of work. For instance, rights to a minimum wage and a healthy working environment affect the form and volume of employment. The right to freedom of association and collective bargaining has consequences for the degree and pattern of social protection. It also affects the nature and substance of social dialogue.” GHAI, Dharam. **Decent work: objectives and strategies.** Geneva: International Labour Organization, 2006. p. 22. Disponível em: <<http://nap.psa.gov.ph/nsm/23rdNSM/decentghai.pdf>>. Acesso em: 03/10/17.

¹⁷³ No original: “For decent work to obtain, certain conditions must be satisfied. There should be adequate employment opportunities for all those who seek work. Work should yield a remuneration (in

O trabalho prestado em condições de igualdade, segurança, liberdade e remuneração permite a concretização da dignidade humana no seu plano social. Nas palavras de Mauricio Godinho Delgado:

Assim, **o trabalho com garantias mínimas** – que no mundo capitalista tem se confundido com o **emprego**, ao menos para os despossuídos de poder socioeconômico – torna-se, na prática, o grande instrumento de alcance do **plano social da dignidade humana**. Ou seja, torna-se o instrumento basilar de afirmação pessoal, profissional, moral e econômica do indivíduo no universo da comunidade em que se insere.¹⁷⁴

Como ressalta Gabriela Neves Delgado, se “o direito ao trabalho não for minimamente assegurado (por exemplo, com o respeito à integridade física e moral do trabalhador, o direito à contraprestação pecuniária mínima), não haverá dignidade humana que sobreviva”.¹⁷⁵

“O trabalho decente está voltado à promoção do progresso social, à redução da pobreza e a um desenvolvimento equitativo e integrador, em face da crescente situação de interdependência dos diferentes países na atualidade”, aponta Thereza Cristina Gosdal.¹⁷⁶ Interdependência esta que é dilatada pelo processo de globalização e influencia o fluxo migratório de trabalhadores, como anteriormente demonstrado.

Mister destacar que mesmo em um contexto neoliberal globalizatório, os poderes atribuídos ao empregador em face do empregado, baseados na livre iniciativa e na propriedade do empreendimento, não são ilimitados ou absolutos. Em verdade, são limitados por outros princípios, como o da dignidade e valorização do trabalho, a função social da propriedade e do contrato.¹⁷⁷

Ademais, pode-se depreender uma relação direta entre o direito fundamental ao trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana. Primeiramente devido ao

cash or kind) that meets the essential needs of the worker and the family members. Work should be freely chosen and there should be no discrimination against any category of workers, such as women, migrants or minorities. Workers should be protected against accidents, unhealthy and dangerous working conditions, and excessively long hours of work. They should have the right to form and join representative and independent associations to represent their interests and engage in collective bargaining and in discussions with employers and government authorities on work-related issues. An essential minimum of social security also forms part of decent work.” GHAI, Dharam. *Op. cit.*, p. 10-11.

¹⁷⁴ DELGADO, Mauricio Godinho. *Op. cit.*, p. 1046. [grifos no original]

¹⁷⁵ DELGADO, Gabriela Neves. *Op. cit.*, p. 182.

¹⁷⁶ GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra**. São Paulo: LTr, 2007. p. 130.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 116.

nexo axiológico entre os direitos fundamentais e o fundamento nuclear de todos eles, a dignidade. Segundo, porque somente o trabalho exercido em condições dignas pode viabilizar a construção da identidade social do trabalhador.¹⁷⁸

Além disso, como visto anteriormente, o princípio da dignidade da pessoa humana, em seu plano concreto, demanda condições mínimas para que o indivíduo possa atender às suas necessidades vitais. A CF/88 estabelece, como direito do trabalhador, o salário mínimo que seja “capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.^{179 180}

Ou seja, não basta que o sujeito receba uma remuneração em troca do seu labor; esta remuneração deve ser suficiente para atender suas necessidades básicas e as de sua família, pois, sem isso, sua dignidade restará violada.

No mesmo sentido, os direitos sociais fundamentais à saúde, à segurança e ao meio ambiente de trabalho equilibrado são essenciais para garantir a dignidade humana dos trabalhadores, traduzindo-se em um legítimo instrumento de cidadania. O direito ao meio ambiente de trabalho é, em verdade, “corolário dos princípios protecionistas da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores como também um instrumento de efetividade da humanização das relações contratuais trabalhistas”.¹⁸¹

Como defendido no segundo capítulo, segundo o princípio da igualdade, trabalhadores nacionais e estrangeiros devem ser tratados sem distinções. Dessa forma, o Estado Democrático de Direito que busca estabelecer condições dignas de trabalho ao seu nacional deve envidar os mesmos esforços para com o estrangeiro, que na maioria das vezes, encontra-se em situação de evidente vulnerabilidade.

¹⁷⁸ DELGADO, Gabriela Neves. **O trabalho enquanto suporte de valor**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG - Belo Horizonte - nº.49 / Jul. – Dez., 2006. p. 74. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/7/6>>. Acesso em: 05/10/17.

¹⁷⁹ Art. 7º, IV, CF.

¹⁸⁰ Cabe destacar nesse ponto que o salário mínimo *nominal* estabelecido pelo governo brasileiro para o ano de 2017 é de R\$ 937,00. Entretanto, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) estabelece como salário mínimo *necessário* para o atendimento das necessidades elencadas na CF/88 o valor de R\$ 3.668,55. Ou seja, ainda que o trabalhador receba o salário mínimo *nominal*, não será suficiente para atender suas necessidades básicas. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 05/10/17.

¹⁸¹ OPUSZKA, Paulo Ricardo; SOUZA, Draiton Gonzaga de; STOLZ, Sheila. Os direitos sociais fundamentais à saúde e ao meio ambiente de trabalho equilibrado: o direito do trabalho frente aos desafios do século XXI. **Revista Jurídica- Unicuritiba**, Curitiba, v. 1, p. 125-180, 2015. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1468>>. Acesso em 31/10/17.

4.3 O DIREITO AO TRABALHO DIGNO DO IMIGRANTE

O imigrante é o “outro” que veio para se estabelecer no país estrangeiro para viver. Exprime uma situação social, mais do que uma situação de direito. É aquele que “veio para ficar, para ‘competir por empregos’ e para utilizar as estruturas sociais do país de acolhida”.¹⁸² Como alertam Chueiri e Câmara, “a figura do estrangeiro, por definição, mostra um estranhamento, explicita uma distância entre culturas que é difícil de superar”.¹⁸³

Muitas vezes, esse afastamento pela sociedade do imigrante, tido como “intruso”, pode ser utilizado como justificativa para um tratamento diferenciadamente inferior. No que se refere ao mercado de trabalho, o pensamento é o de que se alguém tem que ocupar os piores postos disponíveis, que sejam os imigrantes, os forasteiros.

Norton afirma que o acesso a recursos materiais (bens de consumo) e simbólicos (língua, educação e amizades) são imprescindíveis à integração do migrante ou refugiado na comunidade receptora¹⁸⁴, porém percebermos que esse acesso por parte dos imigrantes é limitado, reiteradamente, por questões como a burocracia estatal, a falta de preparo de servidores públicos e a falta de informação da população.¹⁸⁵

No caso do trabalho, que se configura como “o instrumento basilar de afirmação pessoal, profissional, moral e econômica do indivíduo”¹⁸⁶, isso tem ainda mais força para o imigrante que busca se adaptar em uma nova comunidade, na maioria das vezes moralmente e culturalmente diferente do seu local de origem.

Nesse sentido, a hospitalidade e o acolhimento do imigrante se fazem prementes. Hospitalidade de “aceitação incondicional, sem exigências nem cálculos. (...) receber o estrangeiro aceitando-o, recebendo-o, apenas como estrangeiro”.¹⁸⁷

¹⁸² LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Op. cit.*, p. 32-33.

¹⁸³ CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloisa Fernandes. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. In: **Revista Direito, Estado e Sociedade**. n. 36. p. 158-177. jan/jun 2010. p. 170. Disponível em: <<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/view/210/190>>. Acesso em: 01/11/17.

¹⁸⁴ NORTON, Bonny *apud* ALBUQUERQUE, Jeniffer; GABRIEL, Maria; ANUNCIAÇÃO, Renata Frank Mendonça de. O papel do entorno no acolhimento e na integração de populações migrantes para o exercício pleno da cidadania. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (organizadores). **Refúgio e Hospitalidades**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. p. 363.

¹⁸⁵ ALBUQUERQUE, Jeniffer; GABRIEL, Maria; ANUNCIAÇÃO, Renata Frank Mendonça de. *Op. cit.*, p. 363.

¹⁸⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. *Op. cit.*, p. 1046.

¹⁸⁷ CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloisa Fernandes. *Op. cit.*, p. 175.

Como defendido, a proteção ao trabalho humano se justifica porque se trata de elemento central nos direitos sociais, dimensão dos direitos fundamentais da pessoa humana. Ou seja, é garantia inerente a toda pessoa a proteção aos direitos sociais, nos quais se insere o trabalho. Assim, se todas as pessoas possuem esse direito, não há que se diferenciar “tipos” de trabalhadores, que são, antes e acima de tudo, pessoas. Como afirma Pedro Nicoli, “a proteção jurídica do imigrante decorrerá de sua própria condição humana, que, na moldura dos direitos fundamentais, por suas características essenciais historicamente solidificadas, se sobrepõe à sua situação de estrangeiro e imigrante”.¹⁸⁸

Concordamos com Marcio Morena Pinto, que afirma que o direito ao trabalho, fundamentado na dignidade da pessoa humana, é um direito humano de caráter universal e deve ser assegurado a todos os trabalhadores. Nas palavras do autor:

Por conseguinte, a dignidade humana deve servir de fundamento último para o reconhecimento do direito do trabalho como um direito humano e, ao mesmo tempo, justificar o seu caráter universal e a consequente exigibilidade jurídica, afinal, a dignidade é o ponto comum de existência entre todos os trabalhadores e sua preservação é o que deve legitimar e justificar a garantia de certos direitos mínimos ao trabalhador.¹⁸⁹ [tradução nossa]

Como recorda Bobbio, o argumento mais forte daqueles contrários aos direitos do homem, em especial os direitos sociais, é baseado na sua inexecutabilidade. De fato, percebe-se hoje que não há dificuldade em *reconhecer* ou *proclamar* os direitos humanos. O problema a ser enfrentado hodiernamente tem sido colocar em prática medidas que viabilizem a efetiva fruição destes direitos.¹⁹⁰

Assim, para além de reconhecer, é importante lutar pela *efetivação* do direito ao trabalho digno do imigrante. A implementação de políticas públicas voltadas ao trabalho do imigrante é fundamental, permitindo a inserção social do mesmo e a sua subsistência.

Aqui, cabe destacar o Projeto “Migrações, Refúgio e Hospitalidade”, realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que presta assessoria jurídica, apoio e

¹⁸⁸ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Op. cit.*, p. 45.

¹⁸⁹ No original: “De ahí que la dignidad humana debe servir de fundamento último para el reconocimiento del derecho laboral como un derecho humano y, a la vez, justificar su carácter universal y consecuente exigibilidad jurídica, al final, la dignidad es el punto común de existencia entre todos los trabajadores, y su preservación es lo que debe legitimar y justificar la garantía de determinados derechos mínimos al trabajador”. PINTO, Marcio Morena. Los derechos sociolaborales como derechos humanos: afirmación, reconocimiento y óbices a su exigibilidad en el ordenamiento jurídico brasileño. In: **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, vol. 61, n. 3, set./dez. 2016, p. 14.

¹⁹⁰ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 15-16.

acompanhamento psicológico, aulas de português e habilitação na área da informática para estrangeiros, facilitando a inserção dos migrantes no mercado de trabalho.

Além disso, a colocação dos imigrantes em postos de trabalho compatíveis com suas qualificações profissionais contribui para a dignidade do trabalho, pois anos de estudo e experiência não podem ser descartados simplesmente porque não foram exercidos no local de trabalho atual.

O acesso à justiça para reivindicação dos direitos justralhistas e para busca de reparações por violações sofridas representa um importante instrumento de efetivação dos direitos. Felizmente, na Justiça brasileira é possível encontrar julgados que asseguram os direitos trabalhistas de imigrantes, ainda que em condições irregulares, sob o primado da igualdade e da dignidade da pessoa humana, conforme se depreende do excerto a seguir:

TRABALHADOR ESTRANGEIRO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROVANDO A REGULARIDADE DO INGRESSO E PERMANÊNCIA NO BRASIL. IGUALDADE ENTRE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO E CONSECUTÓRIOS LEGAIS DEFERIDOS. Primeiramente, impõe-se destacar o fato de que a Constituição Federal assegurou a **igualdade entre brasileiros e estrangeiros**, mormente no que tange à tutela dos direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, o caput do artigo 5º da Lei Maior foi redigido da seguinte forma: "5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:". Importante observar, ademais, que ao firmar contrato de emprego o trabalhador, em última análise, busca assegurar o próprio sustento por meio da percepção de parcelas cuja natureza é eminentemente alimentícia. Assim, não há como negar o fato de que **o adimplemento de tais direitos visa proporcionar ao obreiro o acesso ao núcleo essencial de outros direitos fundamentais**, como educação, vestuário, lazer, higiene, moradia, etc.

No julgamento há o reconhecimento da igualdade entre nacionais e estrangeiros, além da afirmação de que o sujeito, ao firmar um contrato de emprego, busca assegurar meios para sua subsistência, o que ressalta a importância do adimplemento das parcelas devidas ao trabalhador. Continua o julgado:

Expostas tais premissas, emerge de forma clara a conclusão de que a manutenção da r. sentença é a única maneira de dar efetividade, no caso concreto, à dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, CF). Não se pode perder de vista, demais disso, que a força de trabalho despendida pelo trabalhador gerou riqueza para o empregador, que deve suportar a contraprestação devida, sob pena de enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo ordenamento jurídico

pátrio. Não bastasse o amparo constitucional e axiológico exposto acima, faz-se mister mencionar a existência de regra jurídica criada com o condão de regulamentar especificamente hipóteses como esta que se afigura *in casu*. Trata-se, com efeito, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. O instrumento foi inserido no ordenamento jurídico pátrio por meio do decreto nº 6.964/2009, sendo o seu artigo 10 redigido da seguinte forma: As partes estabelecerão mecanismos de cooperação permanentes tendentes a impedir o emprego ilegal dos imigrantes no território da outra, para tal efeito, adotarão entre outras, as seguintes medidas: (...) b) Sanções efetivas às pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais. Tais medidas não afetarão os direitos que correspondam aos trabalhadores imigrantes, como consequência dos trabalhos realizados nestas condições". Recurso patronal ao qual se nega provimento.¹⁹¹

No mesmo sentido, julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região reconhece o vínculo de emprego de trabalhador estrangeiro sem documentação adequada, com base no princípio do valor social do trabalho, nos direitos fundamentais à igualdade e à dignidade humana:

TRABALHADOR ESTRANGEIRO SEM VISTO PARA TRABALHO EM SOLO BRASILEIRO. VÍNCULO DE EMPREGO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO E DE APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. O fato de o trabalhador estrangeiro não deter visto emitido pela Polícia Federal para permanência e trabalho em solo brasileiro, apenas como turista, e ainda vencido, não impede que se aplique a legislação trabalhista brasileiro, tampouco o reconhecimento de vínculo de emprego, por aplicação do **princípio do valor social do trabalho** (CF, art. 170, caput), **dos direitos fundamentais à igualdade e à dignidade humana** (CF, art. 5º, caput) e do disposto no Decreto n. 6.964/2009 - Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL -, que garante aos cidadãos dos Estados do Bloco a igualdade na aplicação da legislação trabalhista, independentemente da regularidade da situação migratória.¹⁹²

Se entendermos, assim como Bobbio, que os direitos dos homens, por mais fundamentais que sejam, são históricos, ou seja, “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”¹⁹³, a defesa pelo direito ao trabalho digno do imigrante (ressalte-se: não apenas seu

¹⁹¹ SÃO PAULO. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Recurso ordinário nº 5534620135020-SP, da 4ª Turma. Relator: Ricardo Artur Costa e Trigueiros. São Paulo, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24861799/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-5534620135020-sp-00005534620135020055-a28-trt-2>>. Acesso em: 03/10/17.

¹⁹² SANTA CATARINA. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Recurso ordinário nº 00002858520145120052-SC, da 3ª Turma. Relator: José Ernesto Manzi. Florianópolis, 26 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://trt-12.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/231726807/recurso-ordinario-trabalhista-ro-2858520145120052-sc-0000285-8520145120052>>. Acesso em: 03/10/17.

¹⁹³ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 9.

reconhecimento, mas também sua efetivação) é uma luta a ser encampada na atualidade, visto que, conforme demonstrado, um contingente cada vez maior de pessoas se move em busca de melhores condições de vida, que serão viabilizadas pelo trabalho, desde que exercido de forma digna.

Como defende Comparato, devemos construir uma civilização em que todos os seres humanos tenham direito à busca da felicidade, sem restrições. Se todos os homens são livres e iguais em dignidade, a vida social deve se organizar comunitariamente, à luz do princípio da justiça proporcional ou distributiva aristotélica, que se refere à igualdade essencial dos homens, “que não se troca, não se vende, porque não tem preço e, por isso, representa um valor incomensuravelmente mais elevado do que o econômico”.¹⁹⁴

Portanto, sendo o objetivo da justiça proporcional a igualdade substancial de condições de vida, ela só será viabilizada mediante políticas públicas ou programas de ação governamental. Ainda mais quando se percebe, tão nitidamente, “o caráter anticapitalista dos direitos humanos de natureza econômica, social e cultural”.¹⁹⁵

¹⁹⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Op. cit.*, p. 553.

¹⁹⁵ *Idem.*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo migratório de pessoas não é fenômeno recente. Contudo, a globalização, em sua face contemporânea, caracterizada por uma intensa difusão de informações e pelo enfraquecimento das fronteiras entre os países, tem recrudescido sobremaneira o contingente de pessoas que se desloca ao redor do mundo. Independentemente do motivo, sejam perseguições políticas, catástrofes naturais, conflitos armados ou uma vontade espontânea de buscar novas e melhores oportunidades, o fato é que o número de imigrantes nunca foi tão grande como o de hoje.

Nesse processo, o trabalho desempenha papel fundamental, visto que, ao chegar no seu país de destino, o imigrante precisa encontrar um posto de trabalho para poder se estabelecer e encontrar uma fonte de subsistência para si e para sua família. Além disso, o trabalho desempenha função de integração social, essencial para aquele que ingressa em uma nova comunidade.

A globalização, mormente em seu viés econômico, propulsiona os fluxos migratórios, transforma as relações de trabalho e modifica o Direito do Trabalho, a exemplo da flexibilização do trabalho, fenômeno que divide opiniões. A mundialização da economia possibilita às empresas aumentar suas produções, a qualidade de seus produtos e os lucros, além de reduzir custos. Contudo, isso só é possível através de práticas desleais de comércio, da redução dos postos de trabalho, do pagamento de baixos salários, da utilização de mão de obra infantil e de péssimas condições de trabalho. Ou seja, através de uma evidente precarização do trabalho.

Vale ressaltar que este processo não atinge a todos os países da mesma maneira. A maioria dos trabalhadores se desloca dos países subdesenvolvidos para os mais desenvolvidos, situação que evidencia uma grave inconsistência entre o discurso liberal apresentado pelos países desenvolvidos e a sua prática, pois se de um lado referidos países incentivam a circulação de capitais e mercadorias, de outro apresentam barreiras à mobilidade dos trabalhadores e à fixação de estrangeiros nos territórios nacionais desses Estados.

O Brasil, cuja história pode ser contada a partir das migrações, também sofre grande influência do processo globalizatório. O país tem recebido, nas últimas décadas, crescentes fluxos de imigrantes constituídos, principalmente, de trabalhadores não qualificados da própria América Latina, além de africanos e

orientais, que buscam melhores oportunidades nas grandes cidades brasileiras, caracterizando uma migração Sul-Sul. No último ano, observou-se um aumento significativo de imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil, principalmente por causa da crise econômica e política vivenciada na Venezuela. A triste realidade é que ainda que a maioria destes imigrantes tenha um bom nível de escolaridade, a minoria é formalmente empregada e mais da metade recebe remuneração inferior a um salário mínimo.

Todas essas transformações criam situações e conflitos novos, que ensejam respostas do Direito. No âmbito do Direito Internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde a sua criação, busca estabelecer normas de proteção ao trabalhador migrante, definindo, principalmente, a igualdade de tratamento entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros.

Dentre os principais diplomas editados pela OIT evidenciam-se a Convenção nº 97 de 1939, que erigiu importantes diretrizes sobre o tema, e a Convenção nº 143 de 1975, que tratou pela primeira vez do imigrante em condição irregular. Destaque-se ainda a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990, editada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que representa uma codificação universal dos direitos dos trabalhadores migrantes.

No ordenamento jurídico brasileiro o tema se faz presente já na Constituição Federal de 1988, que estabelece a igualdade entre nacionais e estrangeiros. É certo que durante a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) a soberania e o interesse nacionais eram os princípios norteadores do tratamento dispendido aos estrangeiros. Porém, com a edição da Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017) é possível vislumbrar, ainda que com certas ressalvas, uma significativa evolução, já que a nova lei possui uma racionalidade muito mais voltada à proteção dos direitos humanos dos migrantes.

A breve análise destes diplomas nos permite perceber que a criação de normativas protetivas ao trabalhador imigrante não é o principal problema a ser enfrentado, mas sim a concreta efetivação destes direitos. No âmbito internacional, muitos países se recusam a assinar as Convenções da OIT que estabelecem direitos e garantias aos imigrantes. No Brasil, a mudança de regime jurídico no tratamento ao imigrante ainda é bastante recente, e muitas questões ainda estão passíveis de regulamentação.

Apesar destes desafios, o fato é que o direito ao trabalho se configura como um direito humano e, como tal, está intrinsecamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em verdade, ele permite a concretização do seu plano social. É através do labor que o indivíduo encontrará fontes para atendimento de suas necessidades básicas, já que se o mínimo existencial do trabalhador não estiver assegurado, não há que se falar em dignidade.

No entanto, para que esse objetivo seja de fato alcançado, o trabalho há de ser realizado em condições decentes, e não de modo a degradar a vida e/ou saúde do obreiro. Devem ser observadas condições dignas de salário, meio ambiente laboral, saúde, seguridade, e várias outras, de forma que o trabalhador tenha sua dignidade assegurada no exercício do seu trabalho, bem como fora dele.

Portanto, defendemos que o direito ao trabalho digno é um direito fundamental, viés da dignidade da pessoa humana, qualidade intrínseca do ser humano. Por isso, deve ser garantido e, principalmente, viabilizado a todo e qualquer trabalhador, sem distinções de nenhuma espécie, não podendo o Estado se utilizar de discursos baseados na primazia da soberania nacional para se escusar de seu dever de proteção ao trabalhador imigrante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jeniffer; GABRIEL, Maria; ANUNCIAÇÃO, Renata Frank Mendonça de. O papel do entorno no acolhimento e na integração de populações migrantes para o exercício pleno da cidadania. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (organizadores). **Refúgio e Hospitalidades**. p. 359-380. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Tendências globais: deslocamentos forçados em 2016**. Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>>. Acesso em: 06/10/17.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: 04/10/17.

BORGES, Ângela. **Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas**. Revista brasileira de estudos de população. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222. Dezembro, 2006. p.205. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200002>. Acesso em: 17/09/2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, DF, 1 mai. 1943.

_____. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 ago. 1980.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 mai. 2017.

_____. Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm>. Acesso em: 05/10/17.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 94.016-1 – São Paulo. Relator: Ministro Celso de Mello. Data de julgamento: 07/04/2008. Data de Publicação no DJe: 09/04/2008. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14773732/medida-cautelar-no-habeas-corpus-hc-94016-sp-stf>>. Acesso em: 24/09/17.

BURNIER, José Roberto. Fome e desesperança trazem venezuelanos ao Brasil; veja relatos. **Jornal Hoje**. 15 ago. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/08/extra-fome-desesperanca-e-triste-situacao-dos-venezuelanos-no-brasil.html>>. Acesso em: 04/10/17.

CAVALCANTI, Leonardo. Novos fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e ganenses no mercado de trabalho brasileiro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (organizadores). **Refúgio e Hospitalidades**. p. 231-247. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAÚJO, Dina (organizadores). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/index/index>>. Acesso em: 06/10/17.

CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloisa Fernandes. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. In: **Revista Direito, Estado e Sociedade**. n. 36. p. 158-177. jan/jun 2010. Disponível em: <<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/view/210/190>>. Acesso em: 01/11/17.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. In: **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, vol. 54, p. 28-36. Jan/2006. Disponível em: <<http://www.clemersoncleve.adv.br/wp-content/uploads/2016/06/A-eficacia-dos-direitos-fundamentais-sociais.pdf>>. Acesso em 31/10/17.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONVENÇÃO MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS. **Declaração dos Direitos Humanos de Viena**. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 05/10/17.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e Direito do Trabalho. In: **Direito e Democracia**. Canoas, vol. 1, n.1. p. 163-176. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/2243-6854-1-pb.pdf>>. Acesso em: 06/10/17.

CRIVELLI, Ericson. **Direito internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo:

LTr, 2010.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Gabriela Neves. **O trabalho enquanto suporte de valor**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG - Belo Horizonte - nº.49 / Jul. – Dez., 2006. p. 74. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/7/6>>. Acesso em: 05/10/17.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2011.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 05/10/17.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. São Paulo: Tese (Doutorado) – USP/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana 2000.

FARIA, José Eduardo. **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 1996.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

GHAJ, Dharam. **Decent work: objectives and strategies**. Geneva: International Labour Organization, 2006. Disponível em: <<http://nap.psa.gov.ph/nsm/23rdNSM/decentghaj.pdf>>. Acesso em: 03/10/17.

GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica: problemas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2005.

GOMES, Eduardo Biacchi. **A globalização econômica e a integração no continente americano: desafios para o Estado brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2004.

GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. **Flexibilização Trabalhista**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra**. São Paulo: LTr, 2007.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.12, n.2, abr./jun. 1998, p.27-32.

IENNACO, Luiz Antônio de Paula. **Efeitos da globalização na (des)regulamentação das relações de trabalho**. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.41, n.71, p.111-119, jan./jun.2005.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução: Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003.

LOCH, Fernando Antônio Salomão. **Globalização e pobreza: o caso do Brasil**. Revista Geografar. Curitiba, v.5, n.2, p.45-75, jul./dez. 2010. p. 54. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/20141/13323>>. Acesso em 16/09/2017.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2009.

MARTINE, George. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, jul./set. 2005.

MEIRELES, Gustavo Fernandes. **Trabalho, comércio e dignidade no direito internacional contemporâneo: desafios e perspectivas para a atuação da OIT e da OMC**. Curitiba: Juruá, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito do trabalho na Constituição de 1988**. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1991.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A condição jurídica do trabalhador imigrante no direito brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011.

OCAMPO, José Antônio (organizador). **Globalización y desarrollo**. Bogotá: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2002/S2002024.pdf>>. Acesso em 19/09/17.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; SOUZA, Draiton Gonzaga de; STOLZ, Sheila. Os direitos sociais fundamentais à saúde e ao meio ambiente de trabalho equilibrado: o direito do trabalho frente aos desafios do século XXI. **Revista Jurídica- Unicuritiba**, Curitiba, v. 1, p. 125-180, 2015. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1468>>. Acesso em 31/10/17.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Assembleia Geral da ONU: 1990. Disponível em:

<<http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Convenção-Internacional-para-a-Proteção-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Famílias.pdf>>. Acesso em: 29/09/17.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas: Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 04/10/17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/oit%20no%20brasil_folder_809.pdf>. Acesso em 30/09/2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 19 sobre igualdade de tratamento (indenização por acidente de trabalho)**. Genebra, 1925. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235017/lang--pt/index.htm>. Acesso em 24/09/17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 97 sobre trabalhadores migrantes (revista)**. Genebra, 1949. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235186/lang--pt/index.htm>. Acesso em 24/09/17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 143 sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes**. Genebra, 1975. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242707/lang--pt/index.htm>. Acesso em 24/09/17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO. **Measuring Global Migration Potential, 2010–2015**. Berlim, 2017. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago do Chile: CEPAL - Nações Unidas, Março 2003. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7172/S033146_es.pdf;jsessionid=2011A6B4145D7AB76F20F23E227CBF97?sequence=1>. Acesso em: 19/08/2017.

PINTO, Márcio Morena. Los derechos sociolaborales como derechos humanos: afirmación, reconocimiento y óbices a su exigibilidad en el ordenamiento jurídico brasileño. In: **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 61, n. 3, set./dez. 2016, p. 11-38.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos**. 1. ed. v. 1. Curitiba: Juruá, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2016: desenvolvimento humano para todos**. Nova York, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 19/09/17.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Recurso ordinário nº 00002858520145120052-SC, da 3ª Turma. Relator: José Ernesto Manzi. Florianópolis, 26 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://trt-12.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/231726807/recurso-ordinario-trabalhista-ro-2858520145120052-sc-0000285-8520145120052>>. Acesso em: 03/10/17.

SÃO PAULO. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Recurso ordinário nº 5534620135020-SP, da 4ª Turma. Relator: Ricardo Artur Costa e Trigueiros. São Paulo, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24861799/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-5534620135020-sp-00005534620135020055-a28-trt-2>>. Acesso em: 03/10/17.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SHNEIDER, Patrícia Buendgens. Os direitos humanos e a sua proteção frente à globalização econômica. In: PIOVESAN, Flávia (coord.). **Direitos Humanos**. 1. ed. v. 1. Curitiba: Juruá, 2011. p. 277-291.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/site/index.php/component/phocadownload/category/4-noticias?download=183:resumo-executivo>>. Acesso em: 04/10/17.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. 3. ed. atual. e com novos textos. São Paulo: LTr, 2000.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.